



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS ERECHIM  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ZÊNIO SCHUQUEL MARQUES**

**OS INTELLECTUAIS “CONTEMPORÂNEOS” E O DEBATE ATUAL SOBRE O  
ÊXODO RURAL NO BRASIL:  
UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA**

**ERECHIM  
2014**

**ZÊNIO SCHUQUEL MARQUES**

**OS INTELLECTUAIS “CONTEMPORÂNEOS” E O DEBATE ATUAL SOBRE O  
ÊXODO RURAL NO BRASIL:  
UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção de  
grau de licenciado em Ciências Sociais da  
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Cunha Soares

ERECHIM

2014

**DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação**

Marques, Zenio Schuquel

OS INTELECTUAIS CONTEMPORÂNEOS E O DEBATE ATUAL  
SOBRE O ÊXODO RURAL NO BRASIL: uma abordagem sociológica /  
Zenio Schuquel Marques. -- 2014.

81 f.

Orientador: Cássio Cunha Soares.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade  
Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais,  
Erechim, RS, 2014.

1. Êxodo Rural. 2. Capitalismo Agrário. 3. Produção de Ideias.  
4. Reforma Agrária. 5. Sociologia das Ideias. I. Soares, Cássio Cunha,  
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**ZÊNIO SCHUQUEL MARQUES**

**OS INTELLECTUAIS “CONTEMPORÂNEOS” E O DEBATE ATUAL SOBRE O  
ÊXODO RURAL NO BRASIL:  
UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Cunha Soares

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Cássio Cunha Soares – UFFS

---

Prof. Dr. Daniel Francisco de bem – UFFS

---

Prof. Me. Ulisses Pereira de Mello - UFFS

Dedico este trabalho a meu pai Luiz Carlos Ávila Marques, a minha mãe, Cacilda Schuquel Marques e aos meus irmãos Antônio Carlos, Telmo e Ivar que souberam entender porque da minha ausência em muitos momentos importante de suas vidas. Pois em muitos momentos temos que nos privar de muitas coisas para poder comemorar depois. Este é o resultado de minha ausência, mas é também a minha satisfação de “dever cumprido”. Então, pra vocês família, de coração!!!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao professor orientador Cássio Cunha Soares, pela sua incansável dedicação e disponibilidade em todos os momentos em que precisei de ajuda para realização deste trabalho. Cássio meu sincero MUITO OBRIGADO!

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”. (Arthur Schopenhauer).

## RESUMO

Analisando, neste trabalho, a produção teórica de ideias de seis intelectuais ligados ao meio acadêmico das universidades que mais aparecem como referência no debate sobre o êxodo rural no Brasil contemporâneo através da teoria compreensiva da Sociologia das ideias, de inspiração Mannheimiana, e da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Para isto, foi desenvolvida uma pesquisa de revisão bibliográfica em livros, artigos científicos, revistas e sites oficiais. Através das ideias dos intelectuais é possível afirmar que há um consenso quanto às causas e as consequências do êxodo rural no Brasil, sendo resultado da herança histórica da estrutura do latifúndio baseada na monocultura para exportação e posterior a modernização e mecanização capitalista. Como resultado, pode-se ver, nas cidades, o aumento do desemprego, da violência e da miséria. Embora alguns desses autores considerem que somente a Região Sul é onde se possa falar, atualmente, em êxodo rural. Em termos de propostas políticas como solução ao problema, percebeu-se a existência de três visões, que vão desde uma linha mais polarizada do debate com políticas orientadas à produção que atenda o mercado capitalista a outra orientada à justiça social, passando por uma linha intermediária de propostas em que os intelectuais defendem políticas de cunho social e econômico.

Palavras-chave: Êxodo Rural. Intelectuais. Política. Sociologia das Ideias. Campo Social.

## RESUMEN

Analizo, en este trabajo, la producción teórica de ideas de seis intelectuales vinculados al medio académico de las universidades que más aparecen como referencia en el debate sobre el éxodo rural en Brasil contemporáneo a través de la teoría comprensiva de la sociología de inspiración Mannheimiana, y la teoría de los campos de Pierre Bourdieu. Para ello, se desarrolló una revisión bibliográfica con investigación en libros, documentos, revistas y sitios web oficiales. A través de las ideas de los intelectuales es posible afirmar que existe un consenso sobre las causas y consecuencias del éxodo rural en Brasil, siendo el resultado de la herencia histórica de la estructura del latifundismo basado en el monocultivo para la exportación y, más tarde, en la modernización y la mecanización capitalista. Como resultado, se puede ver en las ciudades, el aumento del desempleo, la violencia y la miseria. Aunque algunos de estos autores consideren que sólo la región Sur es donde se puede hablar, actualmente, en éxodo rural. En cuanto a las propuestas de política como una solución al problema se observó la existencia de tres puntos de vista, que van desde una línea más polarizada del debate con políticas orientadas a la producción que atiende al mercado capitalista hasta otra orientada a la justicia social, incluyendo una línea intermedia de propuestas en las que los intelectuales abogan políticas de carácter social y económico.

Palabras clave: Éxodo rural. Intelectuales. Política. Sociología de las Ideas. Campo Social.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|          |   |
|----------|---|
| a.C      | Antes de Cristo   |
| ANPOCS   | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais   |
| CDES     | Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social                        |
| CEPAL    | A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe                 |
| CIRAD    | Centre International de Recherches Agronomiques pour le Développement |
| CNPq     | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico         |
| CONAB    | Companhia Nacional de Abastecimento                                   |
| CONTAG   | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura                |
| CPT      | Comissão da Pastoral da Terra   |
| d.C      | Depois de Cristo  |
| ESALQ    | Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz                        |
| EUA      | Estados Unidos da América   |
| FAO/ONU  | Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura          |
| FEA      | Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade                  |
| FFLCH    | Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas                     |
| FHC      | Fernando Henrique Cardoso   |
| FUNRURAL | Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural                             |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                       |
| INCRA    | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                   |
| MAB      | Movimentos dos Atingidos por Barragens                                |
| MAPA     | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento                   |
| MDA      | Ministério de Desenvolvimento Agrário                                 |
| MMTR     | Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais                           |
| MST      | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra                          |
| NESA     | Núcleo de Economia Socioambiental                                     |
| ONGs     | Organizações Não Governamentais                                       |
| ORNAS    | Ocupações Rurais Não-agrícolas  |
| PAA      | Programa de Aquisição de Alimento                                     |
| PCB      | Partido Comunista Brasileiro  |
| PIB      | Produto Interno Bruto   |

|         |   |
|---------|---|
| PIN     | Programa de Integração Nacional                         |
| PNAD    | Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio              |
| PNAE    | Programa Nacional de Alimentação Escolar                |
| PNRA    | Plano Nacional de Reforma Agrária                       |
| PPGS    | Programa de Pós-Graduação em Sociologia                 |
| PQ      | Bolsas de Produtividade em Pesquisa                     |
| PROCERA | Programa de Créditos para a Reforma Agrária             |
| PRONAF  | Programa Nacional de Assistência a Agricultura Familiar |
| PRONERA | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária        |
| UFPE    | Universidade Federal de Pernambuco                      |
| UFRGS   | Universidade Federal do Rio Grande do Sul               |
| UFRRJ   | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro            |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas                       |
| USP     | Universidade de São Paulo                               |
| UVSQY   | Université de Versailles St. Quentin en Yvelines        |

## SUMÁRIO

|              |   |           |
|--------------|---|-----------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>11</b> |
| 1.1          | JUSTIFICATIVA .....   | 11        |
| 1.2          | OBJETIVOS .....   | 12        |
| <b>1.2.1</b> | <b>Objetivo geral</b> .....   | <b>12</b> |
| <b>1.2.2</b> | <b>Objetivos específicos</b> .....  | <b>12</b> |
| 1.3          | METODOLOGIA.....  | 13        |
| <b>2</b>     | <b>CAMPO INTELECTUAL E AÇÃO POLÍTICA</b> .....  | <b>14</b> |
| 2.1          | CAMPO INTELECTUAL BRASILEIRO.....   | 14        |
| 2.2          | IDEOLOGIA E UTOPIA: A CONTRIBUIÇÃO DE KARL MANNHEIM.....  | 17        |
| 2.3          | CAMPO INTELECTUAL E <i>HABITUS</i> EM PIERRE BOURDIEU.....  | 21        |
| 2.4          | AÇÃO POLÍTICA E POSIÇÃO DO INTELECTUAL.....   | 25        |
| <b>3</b>     | <b>CAPITALISMO AGRÁRIO BRASILEIRO</b> .....   | <b>33</b> |
| 3.1          | O HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL .....  | 33        |
| 3.2          | MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: DA REVOLUÇÃO VERDE AO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF .....   | 42        |
| <b>4</b>     | <b>INTELECTUAIS E ÊXODO RURAL NO BRASIL</b> .....   | <b>50</b> |
| 4.1          | JOSE ELI DA VEIGA.....  | 50        |
| 4.2          | RICARDO ABRAMOVAY .....   | 53        |
| 4.3          | MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY .....  | 56        |
| 4.4          | JOSÉ DE SOUZA MARTINS.....  | 58        |
| 4.5          | SÉRGIO SCHNEIDER .....  | 60        |
| 4.6          | JOSÉ GRAZIANO DA SILVA .....  | 63        |
| <b>5</b>     | <b>OS INTELECTUAIS “CONTEMPORÂNEOS” E O EXÔDO RURAL: UMA POSSÍVEL COMPARAÇÃO DAS DIFERENTES VISÕES NUMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA</b> ..... | <b>67</b> |
| <b>6</b>     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | <b>76</b> |
|              | <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | <b>78</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil até metade da década de 1950 era um país essencialmente rural. Com a construção de Brasília no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), houve grande migração de pessoas para os arredores da capital do Brasil. Incentivos do governo levaram ao crescimento da industrialização, juntamente com o aumento das cidades. O meio rural passou por más condições e os trabalhadores começaram a se deslocar para as cidades em busca de melhores condições de vida, ocorrendo o fenômeno chamado *êxodo rural*.

No Brasil, as décadas de 1960 e 1980 foi o período que ocorreu o maior êxodo rural, cerca de 33% da população rural do início da década de 1960 migraram para as cidades, isso correspondendo a 27 milhões de pessoas. As causas e as consequências do êxodo rural geraram diferentes visões dos pesquisadores sobre o tema. Nesse campo de opiniões, alguns autores criticaram a modernização e mecanização capitalista em nome do desenvolvimento gerando como consequência o êxodo rural, que se apresenta como ideologia do progresso. Já outros autores veem na modernização e na industrialização a saída para o crescimento econômico do país.

Diante desse fato que permeia a história do Brasil, desde a ocupação do seu território, com as terras concentradas em sesmarias para o uso de poucos e a produção de monocultura de exportação para Europa, o diagnóstico da atualidade revela que a questão agrária é caracterizada pela manutenção da ordem existente, dentro de uma dualidade de avanços e retrocessos. Nesse contexto, o autor deste trabalho se inclui como resultado das nuances da questão agrária brasileira, sendo filho de pequeno produtor e trabalhador rural, e atualmente mora na cidade, dessa forma, considerando-se “afetado” pelo processo de migração do campo para a cidade. A curiosidade de estudar o tema é também uma necessidade de melhor entender a produção de ideias sobre algo que o instiga aprender.

### 1.1 JUSTIFICATIVA

Apesar de muitos pesquisadores não considerarem o tema do êxodo rural tão importante quanto à violência, as drogas e o desemprego urbano, a relevância do estudo sobre o êxodo rural pode ser constatada pelos números da população rural

que em 1970 atingiu 44% da população total do Brasil reduzindo para 16% segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Juntamente com o esvaziamento da população o espaço rural passa por mudanças na questão agrária, onde há novas características agrárias em relação ao século passado.

Considerando também, que os assuntos em evidências na cidade, como: violência, drogas e desemprego, estão ligados a exclusão sofrida pelas pessoas que vieram do meio rural, havendo, assim, uma transferência dos problemas do campo para as cidades. Embora haja evidências sobre o retorno ao campo e à desaceleração do ritmo do êxodo rural na década de 1990, em estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ainda existe uma migração rural importante, além de passar por um duplo processo de envelhecimento e masculinização no campo. Por isso, a análise e comparação de ideias no campo intelectual são fundamentais para entender o tratamento conceitual dado ao fenômeno das migrações campo-cidade, dentro do capitalismo agrário brasileiro e a partir de diferentes visões que contribuíram para a construção e implementação de políticas agrícolas.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar a produção teórica de ideias de seis intelectuais ligados ao meio acadêmico das universidades, que mais aparecem como referência no debate sobre o êxodo rural no Brasil contemporâneo, a partir de uma perspectiva sociológica.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Compreender as vinculações entre as ideias produzidas e defendidas sobre o êxodo rural e seus desdobramentos políticos; e compreender as relações entre as ideias produzidas e defendidas sobre o êxodo rural e “o lugar social” ocupado pelos agentes sociais.

### 1.3 METODOLOGIA

A pesquisa se fundamenta no embasamento teórico de revisão bibliográfica, produzida por este segmento da sociedade, na metodologia compreensiva da Sociologia das Ideias, de inspiração Mannheimiana, visando analisar e interpretar as ideias, noções e projetos sobre o êxodo rural, produzidos e defendidos no Brasil, nos dias atuais.

A escolha dos autores e a coleta dessas ideias se deram conforme suas últimas posições na produção do conhecimento dos intelectuais das universidades sobre o tema “disseminado” em livros, revistas, artigos científicos e sites oficiais, levando em consideração que muitas dessas produções não foram escritas nos últimos anos. Foi considerada, para esse trabalho, a síntese do debate contemporâneo, realizado especialmente após a Constituição Federal de 1988, que garante o direito a terra na chamada “Constituição Cidadã”, até o ano de 2013.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O capítulo um denominado “*Campo Intelectual e Ação Política*” aborda os elementos da sociologia dos intelectuais. Elementos como ideologia e utopia, a “Teoria dos Campos” de Bourdieu necessários para refletir sobre o papel dos intelectuais e a contribuição da sociologia no mundo moderno para analisar as ideias como fenômenos sociais. O capítulo dois “*Capitalismo Agrário em Questão*” apresenta o histórico do setor agrário brasileiro, desde o Brasil Colônia passando pelo processo de Revolução Verde até os dias atuais, além de situar o surgimento do fenômeno do êxodo rural. No capítulo três “*Intelectuais e Êxodo Rural no Brasil*” apresenta o diagnóstico do êxodo rural numa relação com o agronegócio e a reforma agrária no Brasil, na visão teórica de José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, José Graziano da Silva, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, José de Souza Martins e Sérgio Schneider. O quarto capítulo traz “*Os Intelectuais ‘Contemporâneos’ e o êxodo rural: uma possível comparação das diferentes visões numa abordagem sociológica*” onde apresenta a sistematização das propostas dos autores através de um quadro comparativo, sendo possível perceber três diferentes visões que são confrontadas com a teoria da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim e Bourdieu. Nas considerações finais desta pesquisa se encontra o resumo da análise das ideias, onde é possível verificar a importância da Sociologia como instrumento de investigação e ação política nos fenômenos sociais, como é o caso do êxodo rural.

## 2 CAMPO INTELECTUAL E AÇÃO POLÍTICA

Este capítulo busca apresentar elementos da sociologia dos intelectuais, para uma posterior análise dos intelectuais do Brasil, que discutem a questão do êxodo rural brasileiro. Em vista desses elementos, buscar-se-á refletir sobre o papel dos intelectuais e a contribuição da sociologia no mundo moderno para analisar as ideias como fenômenos sociais.

Em suas nuances e relações, o pensamento e a atividade intelectual nos permite identificar visões de um determinado contexto social. Expressar essa dimensão é o papel da ciência, cabendo-lhe um esforço de compreender a conjugação entre pensamento e ação. Isso porque “entender o mundo é uma maneira de agir sobre ele” (FURTADO, 1997, p. 102). A expressão do termo intelectual não é uma descoberta recente e tem atravessado a história, chegando até os dias atuais, muito marcado pelo discurso de pessoas representando instituições ou grupos sociais organizados em sindicatos, governos, organizações não governamentais, universidades e diversos seguimentos.

### 2.1 CAMPO INTELECTUAL BRASILEIRO

Ao tratar sobre a história das ideias no artigo “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura” José Murilo de Carvalho (2000), considera que o final do século XX é marcado por duas posições. Uma delas é inspirada na filosofia onde cada intelectual apresenta suas ideias de forma isolada. A preocupação dos pensadores dessa abordagem é fazer com que o leitor tenha uma melhor compreensão daquilo que está lendo. A forma de produzir as ideias faz com que o intelectual assuma um papel central que, de acordo com sua formação teórica e área científica, tenta dialogar seu pensamento com o contexto social, porém esse diálogo é muito frágil nessa linha argumentativa, segundo Carvalho (2000). Essa produção de ideias pode ser encontrada nas mais diversas áreas que vão das ciências sociais até a economia, todos os pensamentos com grande contribuição para o Brasil, como ressalta Carvalho (2000).

Dentro dessa posição de pensamento, alguns intelectuais, tentaram estudar pensadores ligados por correntes de ideias em comum, criando assim grupos dentro das categorias de pensamento. Com isso, esses analistas conseguiam estudar os

pontos de aproximação e de distanciamento desses pensadores dentro de uma mesma categoria. A ressalva que Carvalho (2000) faz em relação a esses estudos é a “ingenuidade analítica” e a falta de método para analisar os fatos. A centralidade do autor era mais importante que qualquer diálogo com teorias ou contextos históricos, o que possibilitou o surgimento da disciplina “história intelectual”.

Na segunda linha, de interpretação da produção intelectual no Brasil, a abordagem está mais ligada às ciências sociais, muito influenciada pela sociologia do conhecimento atribuída a Marx e Mannheim, intelectuais cuja preocupação é analisar as formas de pensar com os conflitos e interesses entre as classes, os estratos sociais e as instituições políticas como o Estado. Nessas abordagens é possível perceber o “rigor científico” empregado para analisar os fenômenos sociais, a busca por definir e interpretar conceitos ideológicos. É nesse contexto que surgem pensadores como Sergio Miceli tentando elaborar e afirmar no Brasil a “Sociologia dos Intelectuais”.

A crítica que Carvalho (2000) faz é quanto à elaboração de ideias centrada na sociologia do conhecimento, levando a análise de determinados fatos de contextos diferentes para ser comparado com contexto em que surgiu o pensamento social como ciência, o que segundo ele torna uma análise “deslocada” e um pensamento determinado pelos “modos de produção ou conflitos de classes”. Para criticar esse início da Sociologia dos Intelectuais, Carvalho (2000) se baseia na discussão que houve entre Roberto Schwarz e Maria Sylvia de Carvalho Franco<sup>1</sup> nos anos 1970. Enquanto Schwarz discordava das ideias liberais do século XIX no Brasil, argumentando que estaria fora de contexto em comparação com o Liberalismo surgido na Europa, Maria Sylvia, sustentava seu ponto de vista ao chamar atenção de seu oponente para a ideia de não considerar o Brasil integrado ao sistema capitalista mundial. Os dois intelectuais, apesar de conflitos ideológicos, estão ligados pelo ponto de determinação das ideias produzidas pela sociologia dos intelectuais que é analisar os fatos pelo viés do modo de produção.

Carvalho (2000) percebe nos últimos anos uma busca por produzir ideias, filiadas a outras correntes teóricas que estão engajadas em “linguagens” com construção histórica de pensamento. Muitas vezes, essa exposição de argumentos novos não é feita de maneira formal e está muito desvinculada do contexto, faltando

---

<sup>1</sup> Ver SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977. Publicado inicialmente em Estudos CEBRAP, no. 3, 1976 e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As ideias estão no lugar”. In: *Cadernos de Debate*, no. 1, 1976, pp. 61-64.

uma visão mais crítica e reflexiva, como tem ocorrido na literatura, onde isso acontece de forma mais ampla.

Dentro da área das Ciências Sociais, no Brasil, o sociólogo Sérgio Miceli é um dos escritores que busca melhor entender sobre o assunto ao pesquisar para sua tese de doutorado o tema *Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920 - 1945)*. Ao analisar o caminho percorrido pelos intelectuais, no período de 1920 a 1945, constata que o rumo tomado se deve a queda de famílias dirigentes tradicionais e ao aumento de oferta no mercado de trabalho, dentro do meio político e cultural brasileiro. Quem compunha o grupo dos escritores da época é originário de famílias que prestavam serviços do mais alto escalão e confiança na política e na cultura do país, ou, como chamado por Miceli (1979), de famílias de “parentes pobres” da oligarquia. Esses escritores que faziam parte da classe dominante, no mercado de trabalho na área jurídica e política recebiam maiores salários e mais “status”. Já os demais escritores tentavam produzir ideias no campo das ciências sociais ou no denominado romance sociais. Essa era a situação ao qual estavam distribuídos os intelectuais, segundo o autor. O surgimento de novos intelectuais ia depender muito de qual situação familiar estaria esse iniciante, pois a distribuição de recursos era conforme a posição da família dentro da classe dominante.

A produção de ideias encontrada recentemente, segundo Miceli (1979), ainda carrega a prerrogativa de construção da nação, mantendo assim a hegemonia intelectual e política de classes dirigentes. Nessa linha de pensamento, muitas ações no campo da educação e da cultura como a criação da Universidade de São Paulo é uma tentativa de mudança ou vinculação da oligarquia, mas manutenção na ordem de domínio da situação intelectual, com o predomínio das ideias das classes dirigentes.

Nas condições da época, os elementos que viriam integrar o ‘estado-maior’ intelectual em São Paulo não puderam se furtar às demandas de um mecenato privado propenso a subsidiar a produção de obras de vanguarda, cujo êxito não dependeu do valor comercial que porventura tivessem. Em consequência, não foi por acaso que os movimentos de renovação surgidos na literatura, nas artes plásticas, na arquitetura, coincidiram com a formulação de um projeto reformista do poder oligárquico. (MICELI, 1979, p. 189-190).

Um fato importante para o incentivo a escritores locais desenvolverem suas literaturas foi o aumento das editoras que provocou um novo perfil dos intelectuais

na modalidade de ficção e literaturas locais, fazendo com que as traduções já não fossem mais tão absolutas como antes, onde o campo editorial era restrito. Com isso, se aumentou a produção de obras nacionais.

O grande debate que Miceli (1979) percebe em sua pesquisa é a relação dos intelectuais com o poder e a dependência do autor das ideias com o Estado, gerando exclusões e favorecimentos, dependendo da posição do intelectual com o sistema político local. Percebe-se, portanto, a busca pelo poder por aqueles que pensam a cultura no Brasil e no período analisado pelo autor, a conjuntura garantia a colocação de poder da classe dirigente: “as profissões intelectuais constituem um terreno de refúgio reservado aos herdeiros das famílias pertencentes à fração intelectual e, sobretudo, aos filhos das famílias em declínio”. (MICELI, 1979, p. 23).

## 2.2 IDEOLOGIA E UTOPIA: A CONTRIBUIÇÃO DE KARL MANNHEIM

Para tratar o conceito de intelectual, neste trabalho, também serão consideradas as dimensões teóricas e políticas elaborados por Karl Mannheim (1986), assumindo os pressupostos dos argumentos mannheimianos, acatando o contexto histórico do seu pensamento e a sua função para entender a produção de ideias no caso brasileiro. Karl Mannheim, lança suas ideias políticas e sociais inspiradas nos pensadores da sociedade e na situação social da sua época. Sua formação é influenciada por um ambiente muito favorável da sociologia na Alemanha, tendo o marxismo como forte influência no seu pensamento inicial, o que mais tarde o levou a não acreditar em alguns princípios de Marx, especialmente a ideia de revolução da sociedade para se alcançar uma sociedade melhor. Além de Marx, Mannheim teve contatos com grandes pensadores como Georg Lukács, Georg Simmel e Alfred Weber. Quanto a sua vida acadêmica pode-se destacar o Mannheim na fase inicial, onde realiza seus estudos na Hungria e Alemanha e depois sua passagem pela Inglaterra. Nas suas primeiras produções intelectuais sua preocupação fica mais evidente no campo filosófico, se desloca posteriormente para entender as formações sociais e os pensamentos dos grupos, sendo seu grande ápice a obra *Ideologia e Utopia* escrita em 1929 (obra esta que vai fundamentar parte deste capítulo). A segunda fase tem influência do historicismo e no materialismo marxista onde discute fortemente a racionalidade política.

Karl Mannheim (1986), em sua obra *Ideologia e Utopia*, têm o olhar voltado para fazer científico de parte dos intelectuais e chama atenção para a “posição social do observador”, explicando a formulação do problema, a abordagem, a classificação e as categorias empregadas. O fazer ciência está relacionado a diversas questões, e é suscetível de ser pesquisado por uma disciplina exclusiva. Por isso, o autor considera a questão dos intelectuais como sendo um desafio da sociologia do conhecimento e da sociologia política. Nesta obra, Mannheim (1986) possibilita fazer diversas análises da história do pensamento, pois apresenta diversas formulações sobre o conceito de pensamento e a relação desse pensamento com a ideologia, e de como funciona na vida pública e na vida política esse conceito como instrumento de ação coletiva. Onde a concepção não parte do indivíduo isolado, mas do modo como a ação coletiva opera.

[...] a Sociologia do Conhecimento busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado. Assim, quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum. (MANNHEIM, 1986, p. 31).

A discussão que Mannheim (1986) levanta, visa entender como a posição social ou o interesse de um grupo ou classe social está diretamente ligado à forma de pensar, as teorias, aos valores, as atitudes e ideias.

Em sua “teoria da ideologia” existem dois significados, sendo o particular e o total. No significado particular se apresenta numa descrença frente às ideias e representações exposta pelo opositor. Essa descrença se justifica pela assimilação de que as ideias, as representações, são falsas e dissimuladas. Já o significado total é um “conceito” mais geral de ideologia que se refere às ideias de uma determinada época ou grupo social. Como exemplo disso, é como se compõe a estrutura de pensamento de um grupo numa determinada época, ou seja, as características dos pensamentos desse grupo. Tanto no particular como no total existem características semelhantes como Mannheim (1986) descreve:

[...] parece consistir no fato de que nenhuma delas depende exclusivamente do que foi efetivamente dito pelo opositor para atingir uma compreensão de seu significado real e intenção. Ambas se voltam para o sujeito, seja indivíduo ou grupo. Isto significa que opiniões, declarações, proposições e sistemas de ideias não são tomados por seu valor aparente, mas são interpretados à luz da situação de quem as expressa. Significa, ainda mais, que o caráter e a situação de vida específica do sujeito influenciam suas opiniões, percepções e interpretações. (MANNHEIM, 1986, p. 82).

Percebe-se nessa passagem do autor, que o “ser social” ou a “consciência social” são determinadas pelas condições sociais vigentes, e não estão relacionadas exclusivamente a um caráter histórico como condicionante do conhecimento. Mannheim (1986) ressalta a importância do fundamento histórico da ideologia para reconhecer o elemento ideológico na exposição de ideias dos homens, por isso para uma análise mais científica da interpretação ideológica é necessário um estudo com mais rigor e método.

O que levou a Mannheim (1986) a constituir a Sociologia do Conhecimento como ciência foi a percepção, através de métodos, que dentro dos sentidos de ideologias “particular” e “total” emergiam conflitos de ideias entre os intelectuais. Para isso, analisou os estágios da emergência da ideologia, num primeiro momento com a organização da experiência com a tomada de consciência num nível mais filosófico. O entendimento de ideologia num plano total ajudou o autor a entender que o processo histórico do mundo está sempre transformando as mentes dos povos. Pois, ao conservar ou justificar aspectos de determinada ordem social a ideologia se apresenta como o “contrário” da utopia.

As ideologias são ideias situacionalmente transcendentais que jamais conseguem *de facto* a realização de seus conteúdos pretendidos. Embora se tornem com frequência motivos bem intencionados para a conduta subjetiva do indivíduo, seus significados, quando incorporados efetivamente à prática, são, na maior parte dos casos, deformados. (MANNHEIM, 1986, p. 218).

Na teoria da Sociologia do Conhecimento, Mannheim (1986) está preocupado em analisar o desenvolvimento intelectual dentro de um contexto histórico-social. No sentido de tornar a Sociologia do Conhecimento com mais rigor científico e diante do problema do conhecimento condicionado à origem social, o autor, tendo em vista o moderno desenvolvimento da divisão social do trabalho, sugere a ideia de um “intelectual sem classe definida” formando um novo estrato social, o estrato dos “intelectuais”, com liberdade de transitar entre as diversas visões, ideias e

conhecimentos dos diferentes grupos ou classes sociais, tendo assim mais “autonomia” na produção de suas ideias sem estar vinculado a um estrato específico. Embora possa existir uma liberdade de posicionamento, esse novo estrato se encontra ligado a vínculos que apresentam semelhança:

Embora sejam por demais diferenciados para que se os considere como uma classe existe, no entanto, entre todos os grupos de intelectuais, um vínculo sociológico de unificação, ou seja, a educação, que os enlaça de modo surpreendente. A participação em uma herança cultural comum tende progressivamente a suprimir as diferenças de nascimento, *status*, profissão e riqueza, e a unir os indivíduos instruídos com base na educação recebida. (MANNHEIM, 1986, p. 181).

Apesar desses elementos em comum, Mannheim (1986) acredita ser a alternativa num grupo desvinculado dos demais a possibilidade de construir um “conhecimento mais reflexivo” e de maior rigor científico. No entanto, essa proposição do autor faz refletir até que ponto é possível uma neutralidade de ideologia entre os intelectuais. Pois, do momento que esses indivíduos se desvinculam dos demais grupos ou classes sociais e formam um novo grupo entre esse novo grupo acredito haver suas ideologias de pensamento. O questionamento a ser feito se refere quanto à forma como esses intelectuais vão analisar a sociedade e quais critérios vão estabelecer para definir o que é falso ou o que é verdadeiro, corre-se o risco de surgir um novo grupo com “status” de superioridade ou “donos da verdade” sem que haja o questionamento dos demais estratos da sociedade.

Outro parâmetro de análise de intervenção da realidade de forma concreta num contexto histórico social é o conceito de *utopia*. Esta se distingue do conceito de ideologia pela relação que mantêm com a ordem social existente. Pois, as ideias para exercer um papel utópico além de transcender a ordem existente devem adquirir um “estado de espírito utópico” incorporando uma mentalidade revolucionária nos grupos sociais oprimidos, transformando sonhos em realidades efetivas rompendo com as amarras do existente fazendo com que seja uma fonte influente de ação. Enquanto a ideologia mantém a dependência da ordem social estabelecida.

As utopias também transcendem a situação social, pois também orientam a conduta para elementos que a situação, tanto quanto se apresente em dada época, não contém. Mas não são ideologias, isto é, não são ideologias na medida e até o ponto em que conseguem, através da contra-atividade transformar a realidade histórica existente em outra atividade, mas de acordo com suas próprias concepções. (MANNHEIM, 1986, p. 219).

A proposta de Mannheim (1986) com a Sociologia do Conhecimento é que os intelectuais transcendam as ideologias, ou seja, que tenham conhecimento dos limites ideológicos do seu próprio pensamento. Seu objetivo é fazer da sua teoria um avanço da “conversa mútua” das diferentes visões dos grupos apontado através da síntese os diversos pontos de vistas sobre a produção de ideias do mundo moderno. Ainda para o autor, quem vai estabelecer o que é utópico e ideológico são as forças em disputas e os dois conceitos estão relacionados a grupos sociais.

### 2.3 CAMPO INTELECTUAL E *HABITUS* EM PIERRE BOURDIEU

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983b) o conceito de “campo” tem grande destaque no seu estudo sociológico.

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.). Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído do conjunto destes microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irreduzíveis às que regem os outros campos. Por exemplo, o campo, artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem a lógicas diferentes. (BOURDIEU *apud* BONNEWITZ, 2005, p. 60).

Bourdieu (1983b) define campo como um espaço social estruturado de posições onde seus ocupantes obedecem a regras exclusivas na disputa dos espaços sociais que também são exclusivos, ou seja, cada espaço é diferente do outro. Nesses espaços sociais existe pluralidade em termos de poder, recursos (capital), por isso é um campo de conflito onde uns dominam e outros são dominados, valendo a força entre os “agentes” que são concorrentes pelo espaço. Nessa disputa, os dominantes utilizam estratégias para se manter na posição

enquanto os dominados se “rebelam” para sair dessa situação. As características dos agentes como a fala, a capacidade intelectual, vão sendo incorporadas pela trajetória social dependendo da posição ocupada que se “legitima” através do poder de dominação entre agentes. Assim, o autor aponta que o fato de haver construção e divulgação de práticas e discursos, não torna todos os espaços sociais um campo. Algumas propriedades são importantes para caracterizar um espaço em campo como o fato de um espaço social ter autonomia sobre outro campo, assim como o reconhecimento dos “membros” de um espaço, ao observarem objetos de lutas semelhantes, isso legitima como campo. Para se referir a campo intelectual na formulação de Pierre Bourdieu, Ricardo Augusto dos Santos (2010) assim descreve:

Segundo Bourdieu, o que caracteriza a existência de um campo é o fato dele possuir espaço social próprio, marcado por relações objetivas que hierarquizam os agentes que o compõem dando-lhes posição determinada. O campo é um sistema de forças constituído pelo permanente jogo de consenso e dissenso entre os agentes. Na medida em que estes interagem conferem ao campo uma estrutura específica num dado momento. Qualquer campo pressupõe que seus agentes partilhem valores comuns, sendo necessário também que existam diferenças entre eles. Bourdieu destaca um conjunto de circunstâncias necessárias para que alguém seja reconhecido como membro do campo. Entre outros preceitos o candidato a ingressar no campo deve estar familiarizado com os procedimentos comuns aos membros, ou seja, deve possuir o *habitus*. A posse de capital intelectual e seu acúmulo são condição *sine qua non* para nele galgar posições. O capital intelectual é obtido de várias formas: pela qualificação profissional, pelo exercício de funções valorizadas, pelo reconhecimento da qualidade dos trabalhos, por ser membros de instituições acadêmicas e culturais reconhecidas como portadoras de alta representatividade. (SANTOS, 2010, p. 1).

Para melhor entender o pensamento de Bourdieu sobre o campo intelectual é importante contextualizar suas ideias dentro do espaço histórico, pois como ele mesmo afirma a história pode desfazer a história, ou seja, o que a história faz ela mesma pode desfazer (BOURDIEU, 1984). É nesse sentido que ao pensar o intelectual, Bourdieu (2001) está preocupado em entender a relação do intelectual com a ação política e daí o conceito de “intelectual engajado”.

[...] alguém que engaja numa luta política sua competência e sua autonomia específicas e os valores associados ao exercício de sua profissão como os valores de verdade e de desinteresse, ou em outros termos, alguém que se encaminha para o terreno da política, mas sem abandonar sua exigência e sua competência de pesquisador. (BOURDIEU, 2001, p. 37).

Os intelectuais engajados da modernidade, segundo Bourdieu (1989, p. 99), são seres bi-dimensionais que surgem da cultura e avançam para o engajamento num processo de oposição. Pois existem duas condições para os “produtores culturais” serem considerados intelectuais engajados: fazer parte de um campo intelectual autônomo e que não dependa do poder religioso, político, econômicos e outros, além de manter o respeito pelas leis particulares desse campo. A segunda condição necessária é “manifestar sua perícia e autoridade específicas numa atividade política exterior ao campo particular de sua atividade intelectual”. O desafio é se manter o tempo todo como produtor cultural e não se tornar político, embora exista a necessidade de ser autônomo e engajado ao mesmo tempo, o que Bourdieu (1989) ressalta que mesmo com essa “antinomia” isso é possível ser alcançado pelo intelectual. Pensando no intelectual moderno instituído dentro de um sistema vigente esse “agente” se depara no que o autor chama de “situação paradoxal” ao ser autônomo, independente aos “interesses mundanos”, busca defender causas universais ao invés de interesses particulares, pois quanto maior for à independência intelectual e política maior vai ser a capacidade de crítica aos poderes e as posições políticas existentes. Por outro lado, o engajamento e a luta política podem ser vistos como uma ameaça a ordem vigente e nesse sentido o intelectual poderá sofrer a rejeição pelos poderes políticos. Embora exista essa “bi-dimensionalidade” Bourdieu (1989) defende a ideia de intelectual engajado, mas sem deixar de lado a competência e o rigor científico como pesquisador que é necessária para ter o reconhecimento intelectual de seus pares.

Ainda que, com esse trabalho, busca-se apresentar o campo dos intelectuais, Bourdieu (1989) destaca que, além desse, existe o campo dos filósofos, da moda, dos jornalistas, entre outros, que possuem propriedades específicas que raramente podem ser transferidas de um para outro justamente por ser característica própria de determinado campo. Essas características funcionam como crença e são legitimadas como regra daquele campo, por isso, uma propriedade de outro campo pode trazer conflitos de crenças entre campos diferentes. Embora Bourdieu (1983a) reconheça que dentro de um mesmo campo as disputas façam parte do “jogo” entre os que detêm mais bens culturais, que dominam e usam do poder para manter a hierarquia, que é mantida quando os dominados reconhecem as disposições do *habitus*.

Para Bourdieu (1983a), o *habitus* são sistemas duráveis e transponíveis de disposições permanentes, inatas somente na aparência, por ser historicamente

produzidas. *Habitus* não é o mesmo que a expressão do hábito, onde o segundo se refere à reprodução mecânica, repetitiva e automática, e o primeiro funciona como mecanismo de interiorização das exterioridades, sendo interiorizado pelos indivíduos em função de sua condição objetiva de existência levando a reprodução à lógica de funcionamento do campo. Podendo introduzir transformações funcionando como esquemas mentais e comportamentais, inconscientes da ação, da percepção e da reflexão que ajuda a compor o campo atribuindo valor, representação e significado.

O poder estabelecido dentro de um campo sofre a ação de rupturas e tentativas de mudanças quando novos “agentes” chegam para ingressar nesse campo, geralmente por parte de jovens que buscam modificar as regras do jogo. Mas no geral, a ruptura total não acontece segundo a análise de Bourdieu (1983b), pelo fato dos agentes novos estarem dentro de um sistema ao qual investiram para conquistar capital simbólico, e para isso, levaram anos de estudos e acabam por aceitar e legitimar as regras vigente, com isso as mudanças são parciais e não total. Na busca de reconhecimento por parte dos seus pares, os agentes novos, não colocam em xeque a estrutura do campo por vislumbrarem o monopólio intelectual e o alcance de seus interesses. (BOURDIEU, 1983b, p.138).

Para Bourdieu o poder simbólico que se acumula no decorrer do tempo e das gerações determina o grau de autonomia dos intelectuais dependendo da época e das culturas, influenciado pelas disputas de poder dentro do próprio campo. Sendo importante considerar os fatores políticos, tradições culturais, imposições e submissões em referência ao poder vigente. Com isso, por mais que os agentes dominados adquiram poder externo esse poder se defronta com o poder simbólico adquirido pela obediência às propriedades específicas de dentro do campo. (BOURDIEU, 1996, p. 249-250).

Outros fatores externos ao campo como, a constituição de opiniões políticas e o comércio de bens simbólicos criado pelos intelectuais, influenciam juntamente com a autonomia interna na definição do campo intelectual fazendo com que haja também um ato de submissão. O que Bourdieu (1996, p. 250) observa ao tratar sobre a intelectualidade conservadora que a submissão nunca é tão total. Pois, quando a maioria dos intelectuais se submetem a representar as classes sociais em reivindicação por uma causa, esses intelectuais não são a classe em si, por mais que se estabeleça a submissão, não sendo possível construir o conjunto simbólico semelhante ao segmento ao qual pertencem.

Bourdieu (1989) ao se referir à produção de ideias utilizou o termo de *agente* ao invés de sujeito, pelo fato de entender que o sujeito não é livre, não sendo capaz de agir livremente. Karl Mannheim (1986) em parte concorda com Bourdieu (1989) ao perceber o grau de determinação do coletivo na formação das ideias, ao acreditar que somente a “experiência de vida” não é capaz de produzir o pensamento de um indivíduo. Mannheim (1986) trata a formação do pensamento como “produto” de uma relação indivíduo/grupo, pois o indivíduo forma suas ideias dentro de um contexto sócio-histórico como a própria linguagem que apesar de falada numa determinada época ela é uma “herança” de predecessores que vieram antes desse indivíduo.

#### 2.4 AÇÃO POLÍTICA E POSIÇÃO DO INTELLECTUAL

A intenção de apresentar o diálogo da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim (1986), neste trabalho, é produzir através de algumas coordenadas do autor a relação entre *teoria* e *práxis*. Dentro de um contexto específico do debate sobre o êxodo rural no Brasil, as perspectivas do autor devem convergir no equacionamento de posições de ideias dentro do setor agrário brasileiro em busca da obtenção de uma síntese que seja válida e suficiente, mesmo que de maneira aproximada, para as partes envolvidas no processo. Por isso, será necessária a adequação do “aparato analítico” da ciência para garantir a liberdade intelectual no balizamento de intervenção social.

A única coisa que podemos exigir da política, enquanto ciência, é que veja a realidade com os olhos de seres humanos em ação, e que ensine a homens, na ação, a compreenderem, mesmo os seus adversários, à luz dos seus motivos reais e de sua posição na situação histórico-social. A Sociologia Política, neste sentido deve estar consciente da sua função de síntese mais completa das tendências de uma época. Deve ensinar unicamente o que se deve ensinar: as relações estruturais; os juízos não podem ser ensinados, mas podemos ter deles uma consciência mais ou menos adequada, bem como podemos interpretá-los. (MANNHEIM, 1986, p. 188.)

Com isso, uma Ciência da Política possibilita um conhecimento maior das questões ou problemas de ordem da estrutura da sociedade e assim alguns caminhos com o rigor científico podem ser apresentados pelos intelectuais para a superação desses problemas.

Deve-se, portanto, entender o contexto em que Mannheim escreve sua obra “Ideologia e Utopia” em 1929): a Alemanha lutando para retomar o caminho do desenvolvimento, mas, nesse período, passando por um momento difícil de crise. É nesse ambiente que Mannheim juntamente com outros intelectuais disputam suas diversas e conflitantes ideias no campo político. Acredita-se em análise aos escritos de sua obra que suas ideias e pensamentos surgem como reflexão e busca de um caminho ao momento político ao qual a República de Weimar estava passando. Alguns componentes como ideais liberais e democráticos presentes na República de Weimar, além do pensamento Nazista que surge com muita força, faz com que Mannheim tente buscar outro caminho que não seja o Nazismo e nem os ideais da República de Weimar. O pensamento Mannheimiano percebe a insatisfação da sociedade frente às imposições e interferências das instituições políticas em relação a questões de ordem mais restrita e pessoal da sociedade, onde nesse caso a República não conseguia solucionar esses problemas através de seu aparato administrativo.

É dentro do campo político que Mannheim (1986) deixa claro a importância do intelectual entender os condicionantes do próprio pensamento, por isso a neutralidade e a objetividade devem ser propósitos e pontos a serem alcançados pelos intelectuais não importando se for diante dos interesses sociais ou como expressão da Sociologia do Conhecimento com objetivo “teórico-metodológico”. Ainda para o autor, ser neutro e objetivo significa ser um intelectual “autoconsciente” e reflexivo, pois ao enfatizar interesses sociais, isso não significa o atendimento por parte dos intelectuais de interesses de um determinado grupo, mas sim se deve buscar, através da análise e compreensão dos pontos em comuns do grupo, um diálogo e compreensão mútua que faça com que sejam atendidos os interesses mais amplos e gerais. Para se alcançar uma solução vislumbrada Mannheim (1986) utiliza a terminologia “*Intelligentsia* socialmente desvinculada” do pensador da época Alfred Weber:

Este estrato desamarrado, relativamente sem classe, consiste, para usar a terminologia de Alfred Weber, na “*intelligentsia* socialmente desvinculada” (*freischwebende Intelligenz*). Seria impossível, a este respeito, esboçar mesmo o mais esquemático dos resumos do difícil problema sociológico colocado pela existência do intelectual. Mas os problemas de que estamos tratando não poderiam ser formulados adequadamente, e muito menos resolvidos, sem que abordássemos certas questões relativas à posição dos intelectuais. (MANNHEIM, 1986, p. 180).

Para Mannheim (1986), o intelectual moderno, não pode se refugiar numa classe específica, mesmo diante de uma crise intelectual, a melhor escolha a ser feita é assumir e se capacitar para produzir a síntese de uma sociedade numa posição transclassista. A condição de liberdade do intelectual é tratada pelo autor como fundamental para uma tomada de decisão mais “objetiva”, pois na sua visão somente quem tem a possibilidade de escolha é capaz de tomar a decisão mais favorável ao interesse geral.

Devemos a possibilidade de interpretação mútua e compreensão das correntes de pensamento existentes à presença desse estrato médio relativamente desvinculado que se encontra aberto ao ingresso constante de indivíduos das mais diversas classes e grupos sociais, com todos os pontos de vista possíveis. Só nessas condições pode surgir a síntese incessantemente nova e ampla a que nos referimos (MANNHEIM, 1986, p. 186).

Essa compreensão é de Mannheim em início do século XX, mas não se pode descartar seu pensamento em pleno século XXI, para analisar a produção de ideias de intelectuais, inclusive no Brasil. Pode-se refletir, na atualidade, sobre o papel dos intelectuais na sociedade moderna, a pergunta que se pode fazer é: esses intelectuais assumem um rigor científico e epistemológico para contribuir com a mudança social? Ou se os intelectuais da modernidade estão condicionados ao grupo ou posição social que ocupam na sociedade? Dentro de uma proposta de conhecimento democratizado, que se tem, o autor deste trabalho, se inclui nesse contexto e assume o papel da aquisição da consciência de um processo histórico que leve a superação de questões desfavoráveis a evolução do conhecimento, através da análise dos problemas cotidianos e um direcionamento através de ideias para sociedade civil e pública, e sendo a intenção deste trabalho, através das análises de diferentes visões de intelectuais brasileiros sobre o êxodo rural, contribuir para algum tipo de mudança relacionado ao fenômeno estudado.

Para Mannheim (1986), a melhor forma de analisar os intelectuais é um estudo de sua trajetória histórica, percebe-se que durante o passar dos anos as relações de classe sofrem mudanças, o que causa grandes diferenças nas características dos intelectuais. Como consequência, as mudanças nas relações de classe é justamente a falta de homogeneidade, ficando ligados em apenas dois pontos em comuns que são: a herança cultural e a educação.

“A participação em uma herança cultural comum tende progressivamente a suprimir as diferenças de nascimentos, *status*, profissão e riqueza, e unir os indivíduos instruídos com base na educação recebida”. (MANNHEIM, 1986, p. 180-181).

O meio intelectual, para Mannheim (1986), proporciona ao indivíduo o entendimento do mundo de forma contraditória, porém isso não afasta totalmente de suas origens, essa ligação é aumentada onde as diferenças e contradições de grupos ou classes sociais são maiores, fazendo com que o intelectual “carregue” consigo todos esses conflitos de sua vida ao qual pertence, a um estrato da sociedade e os condicionantes do estrato intelectual. Mas é dentro desse contexto que o autor percebe uma saída para os intelectuais, onde esses, diante do conflito, possam optar por não pertencer a uma classe social, se desvinculando ao seu ponto de partida, ao pertencer a somente uma ordem (dos intelectuais), possibilitando uma análise e parecer mais “objetivo” e totalizante das questões da sociedade, também num espectro mais amplo.

Os pontos desfavoráveis dos intelectuais, que não pertencem a classes sociais (desvinculados), estão naquilo que Mannheim (1986) considera que seja o desequilíbrio social e a forma de pensar que somente aquilo que é verdadeiro e prático serve como solução dos problemas. Esses pontos e atribuições são feitos, geralmente, por grupos políticos extremistas que conflitam ainda mais a mente dos intelectuais que em meio a isso tentam superar optando por pertencer a uma classe social, através do caminho da busca da autoconsciência teórica do proletariado ou dos conservadores dentro das disputas de uma burguesia liberal ou no campo da política. Outros intelectuais em respostas a essas críticas tentam refletir o seu ponto de partida e a classe que os vincula e fazer uma análise que contemple os interesses mais gerais das sociedades.

Outro aspecto importante, que Mannheim (1986) destaca, é a opção por filiação a uma classe por parte dos intelectuais, onde segundo o autor esses indivíduos carregam uma “bagagem” teórica a qual facilita entender os pontos de vista das classes, possibilitando condições favoráveis às escolhas de filiação em qualquer classe. A dificuldade maior é quanto aos indivíduos que pertencem a uma classe social e não são intelectuais, a superação da visão, enquanto classe, dificilmente se realiza, continuando “apegado” ao ponto de vista de origem e raramente vai conseguir ser intelectual. Geralmente, quando ocorre de um proletário

conseguir superar sua condição e atingir o nível dos intelectuais sua forma de pensar dentro da sociedade também é modificada.

Mannheim (1986) destaca a importância da política como ciência, como conhecimento a ser ensinado nas instituições de ensino e a necessidade dos intelectuais aprenderem a ciência política ainda na sua juventude, para poder ter um melhor entendimento do ponto-de-vista do mundo de forma total. O fato dos indivíduos tomarem decisões políticas ou pertencerem a partidos políticos não é problema. O papel da Sociologia Política na escola é fornecer análise e conhecimentos dos fatores envolvidos nas relações políticas possibilitando a busca por caminhos para tomadas de decisões e jamais ensinar uma decisão que seja unilateral, mesmo que essa educação esteja sendo realizada num determinado estrato social.

Mesmo numa escola deste tipo, não se deve esperar que os professores sejam isentos de tendências partidárias. Esta escola não tem por objetivo evitar que se chegue a decisões políticas. Mas existe uma profunda diferença entre um professor que, após cuidadosa deliberação, se dirige a seus alunos, cujas mentes ainda não estão formadas, de um ponto de vista adquirido por uma cuidadosa meditação, conduzindo a uma compreensão da situação total, e um professor exclusivamente interessado em inculcar um ponto de vista partidário já firmemente estabelecido. (MANNHEIM, 1986, p. 187).

Pode-se caracterizar o intelectual de Mannheim como aquele indivíduo capaz de produzir uma síntese da sociedade de forma “livremente flutuante”. Embora, não sejam esses os únicos que poderão produzir essa síntese, são eles os que possuem melhores condições para que isso aconteça. A fundamentação científica da síntese é quando são levados em consideração os aspectos culturais e energias sociais de uma época passada de uma posição política, com o intuito de busca de progresso, com isso considerando o tempo e o espaço. A melhor síntese é a relativa e a dinâmica e não a absoluta, que considera que somente ocorre o pensamento político dentro do contexto político de forma “imóvel”, quando esse pensamento ocorre dentro de um âmbito social e também político.

Olhando para a modernidade, Mannheim (1986) percebe um grande desafio, que ao mesmo tempo fortalece mais sua teoria de “intelectual sem classe”, num período de elevação da classe burguesa, a observação a ser feita é que para compor essa classe existam os proprietários do capital e os que têm a educação como capital, tendo, portanto, duas origens sociais. Com isso, se os intelectuais

estiverem associados a uma classe, dificilmente irão entender e balizar caminhos para a sociedade moderna, pois irão formar um estrato de sociologia com correntes teóricas em comum, que vão unir esses intelectuais e conflitar suas ideias tornando o processo de síntese objetiva mais difícil. Na visão mannheimiana, a dificuldade de produzir uma sociologia do conhecimento na modernidade se choca na própria educação recebida pelos jovens, onde não dialoga com sua situação social, com isso ao receber uma instrução formal seus princípios entram em contradições levando a tendência que esse indivíduo siga seus pontos de vista de origem.

Dessa forma, Pierre Bourdieu (1989) ao analisar os discursos políticos os entende como produto de “lutas simbólicas” que se encontram dentro de um lugar mais exclusivo do “espaço social”. Espaço esse que Bourdieu reconhece como “multidimensional”, onde ocorrem as disputas simbólicas entre agentes sociais em busca do poder para manter uma posição vigente ou mudar essa posição com outra visão de mundo fazendo acontecer uma ação de mundo. Os discursos políticos dentro do campo político é uma representação do mundo social que tenta se legitimar através do monopólio de visões de mundo, ou seja, das ideologias dos agentes.

Bourdieu (1989) também observa que os discursos políticos e as produções de ideias têm a ênfase por parte de agentes especiais, embora a maioria dos agentes do campo participe, porém alguns assumem o papel do discurso. Mesmo existindo disputas internas de poder simbólico, o que está em jogo são os interesses do grupo, nesse caso do campo político.

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 1989, p.11).

A produção do conteúdo do discurso político é realizada pelos agentes especiais que além de levar em consideração os interesses e as necessidades internas, tentam contemplar os interesses e as opiniões dos grupos e campos externos que são receptores e consumidores desse discurso. Por isso, existe uma dualidade nas ideologias produzidas, onde de um lado, a preocupação é atender as ideias dominantes da classe que os agentes representam, e por outro lado, atenda

também aos interesses dos próprios agentes que produzem o discurso. (BOURDIEU, 1989, p. 13).

Com isso, a necessidade do campo político é determinada pela disputa entre os interesses da ordem social do campo e das visões de mundo dos agentes que compõem esse grupo. A hierarquização dos agentes dentro do campo político vai acontecer em virtude do capital simbólico incorporado ou objetivado entre eles. Nesse sentido, os discursos internos vão variar entre a manutenção da legitimação da ordem pelos dominantes enquanto os dominados tenderão a discursar mais subversivamente. A necessidade de atender os interesses externos, muitas vezes, leva os agentes produtores ter que realizar uma adequação no discurso de modo a não “ferir” a estrutura interna do campo, mas que seja recebida por quem vai consumir de maneira satisfatória. É nesse aspecto que Bourdieu (1989) percebe um equilíbrio na construção das ideias políticas e a preocupação dos agentes que é ao mesmo tempo servir a si e:

[...] aos seus clientes na medida em que se servem também ao servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exato quanto mais exata é a coincidência da sua posição no campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social. (BOURDIEU, 1989, p. 177).

Como explicação do poder simbólico, Bourdieu (1989) diz que é o sentido imediato do mundo e se caracteriza como um poder na busca da construção da realidade. Além de ter uma relação determinada, onde dentro do próprio campo se legitima a reprodução da crença por aqueles que exercem o poder e os que sofrem a ação dele, assim o poder simbólico se torna legítimo e transformador. (Bourdieu, 1989, p. 14-15)

Nesse sentido, se estabelece duas visões sobre a ação política dos intelectuais, onde tanto Mannheim (1986) como Bourdieu (1989) defendem um intelectual que deva ter a compreensão do seu papel como cientista que produz ideias, para isso ambos concordam da necessidade do intelectual ter a reflexividade. Mannheim (1986) acredita que a melhor contribuição do cientista é interpretar as ideias da sociedade através da construção da síntese, e para isso, o distanciamento das classes fornece condições de entender que ele tem consciência de suas origens, ao pertencer a uma classe, isso o torna mais objetivo na sua análise e capaz de relativizar até o seu próprio pensamento, por isso a reflexividade torna o

intelectual mais “refinado”. Já Bourdieu vê a necessidade de um “intelectual engajado” no contexto social na busca pelo reconhecimento como agente de um espaço social que é o campo intelectual. Bourdieu (1989) ressalta que o intelectual engajado é aquele sujeito capaz de se envolver numa causa política agregando toda sua herança cultural sem desvincular a sua profissão, pois ao ter consciência da sua origem esse indivíduo tem condições de tomar posições mais “realistas” e contrárias a ordem existente. Examina ainda o “poder simbólico” exercido pelas ideias nos conflitos de interesses, e também ressalta o quanto o pensamento pode ser manipulado para referendar decisões que já haviam sido tomadas de antemão.

### 3 CAPITALISMO AGRÁRIO BRASILEIRO

O capítulo apresenta o histórico do setor agrário brasileiro, desde o Brasil Colônia passando pelo processo de Revolução Verde até os dias atuais. Mostrando as principais políticas de governos, especialmente quanto à questão da reforma agrária, além de situar o surgimento do fenômeno do êxodo rural.

#### 3.1 O HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

O debate mais denso no campo acadêmico e político surge no final da década de 50 com algumas divergências teóricas muito acirradas em relação a alguns elementos do contexto agrário. Como é o caso da Liga dos Camponeses que iniciou no Nordeste em 1955, o combate a inflação durante o governo de Getúlio Vargas na era “populista”, a repressão e negação da manifestação de reforma agrária no Regime Militar e o surgimento dos movimentos sociais, trazendo a pauta da reforma agrária no debate político dos governos democráticos. Contudo, a história agrária brasileira é muito antiga, por isso se propõe, nesse capítulo, a se “apropriar” do estudo de alguns autores entre eles: Ignácio Rangel (1989), Caio Prado Junior (1981), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2006) e João Pedro Stédile (2011), para situar o leitor no “tempo e no espaço” e buscar uma melhor compreensão da questão agrária no Brasil, na atualidade.

Stédile (2011) divide em quatro períodos o processo de formação da sociedade brasileira, que começa antes mesmo da “ocupação” do território pelos portugueses em 1500. Com isso, o primeiro período de análise inicia em 50.000 a.C a 1.500 d.C. Baseado no estudo do antropólogo Darcy Ribeiro que lançou em 1995 a obra *O povo brasileiro*, onde estima que quando da chegada dos colonizadores europeus ao Brasil, aqui encontraram cerca de 5 milhões de pessoas que se organizavam em grupos utilizando o critério por famílias, por clãs ou tribos, aliados pelo idioma, pelo parentesco e pelas semelhanças nos costumes e hábitos, formando mais de 300 grupos sociais. Retiravam seu sustento da caça, da pesca e frutas cultivadas, num sistema de agricultura muito rudimentar, mas já presente no hábito desse povo.

A presença de habitantes no território brasileiro é baseada em estudos antropológicos que indicam que essa terra foi ocupada por seres humanos

aproximadamente há 50 mil anos. Tendo como hipóteses para ocupação não somente do Brasil, mas de todo o continente americano é que imigrantes atravessaram o estreito do Alaska vindo da Ásia e por aqui se estabeleceram. Assim, foi sendo formada a “civilização brasileira” como Darcy Ribeiro denominou. Se organizando em pequenos grupos de 100 a 500 famílias que viviam de forma nômade se estabelecendo no lugar onde encontravam alimento. Nesse período, a ideia de posse ou propriedade não existia entre os povos, pois todos os recursos naturais eram “bem comum” de todos. A agricultura, como já ressaltado, era “explorada” num sentido unicamente de subsistência, através da domesticação de raízes e frutos como é o caso da mandioca, banana, abacaxi, o amendoim além de tantas outras frutas silvestres. A presença do milho (que não era originário daqui) nas terras brasileiras, quando da chegada dos portugueses, justifica os estudos que indicam a existência de uma relação entre povos de outras partes do continente.

O segundo período vai de 1500 a 1850. É nesse momento, com a chegada dos portugueses, que o Brasil passa a ser integrado ao capitalismo. A própria busca por descoberta de novas terras era para satisfazer o mercantilismo europeu, a busca pelo lucro gerava uma corrida constante dos colonizadores por metais preciosos, num primeiro momento e depois pela exploração das terras para atender o mercado na Europa. O modelo capitalista que já estava vigente na Europa foi “transportado” para o Brasil, porém para que isso ocorresse foram necessárias algumas imposições sobre os habitantes que já existiam na “nova terra”. Para os que aqui estavam essa forma de exploração era totalmente diferente ao que estavam acostumados a realizar, então a supremacia política e militar de Portugal entrou em ação para conquistar e impor as regras do capitalismo usando da força e da coerção. O objetivo era transformar tudo em mercadoria com a finalidade essencial do capitalismo, a busca do lucro.

Os portugueses ao perceberem um solo muito fértil e propício a produzir produtos tropicais, que não existiam na Europa, passaram a introduzir a cana-de-açúcar, depois o algodão, o gado, o café e especiarias como pimenta do reino que até então tinham que buscar em continentes tropicais como Ásia e África, muito mais distante que a nova terra do continente americano. Praticamente, tudo que era produzido aqui durante o período colonial era exportado para Europa, tirando o que era necessário para subsistência do povo da Colônia Brasil, e o restante era enviado ao mercado europeu. Sendo, por isso, chamado pelos historiadores de modelo

agroexportador que segundo dados do Banco do Brasil na época revelam que 80% da produção era exportada.

Segundo Stédile (2011), hoje existe um maior entendimento entre os que estudam o tema sobre a forma de organização de produção utilizada na Colônia Brasil, onde quase todos os historiadores concordam que o modelo agrícola adotado no Brasil foi o *plantation*, expressão inglesa que em síntese se caracteriza pela produção especializada em uma única cultura agrícola (cana-de-açúcar, café, algodão etc.) em grandes extensões de terra (sesmarias) utilizando a exploração do trabalho escravo. Como estratégias de diminuir os custos de produção, esses cultivos ficavam próximos a portos para facilitar o escoamento da produção, eram empregadas as técnicas mais avançadas da época para produzir, com único objetivo para o mercado externo. A produção de bens de subsistência junto às fazendas produtoras, além de ser necessário, era uma forma de buscar mais lucro.

A ressalva que pode ser feita quanto ao modelo capitalista é em relação à propriedade privada, que nesse momento não existia de forma como se tem nos dias de hoje. Num primeiro momento, toda terra do território brasileiro era de posse da Coroa Portuguesa, posteriormente à Coroa realizou a chamada “concessão de uso” onde distribuiu enormes extensões de terra para capitalistas ligados a Coroa, com uma condição que estes investissem seu capital na monocultura com propósito exportador. A concessão de uso era estendida aos herdeiros do capitalista, desde que continuasse o propósito inicial, não podendo vender e nem utilizar de outra maneira, senão o direito de uso era “desfeito” e a terra entregue a outro colonizador.

O terceiro período de 1850 até 1930 foi marcado por uma grande mudança na questão agrária brasileira. Onde mais uma vez as leis do capitalismo influenciaram na troca da mão-de-obra escrava pela necessidade de desenvolver o mercado interno para sua produção excedente. Não tinha mais como continuar no regime escravista, visto que, outros países como Inglaterra já haviam abolido a escravidão e passou a exercer pressão para a troca daquele que não contribuía mais para o mercado capitalista (o escravo), para que fosse substituído pelo trabalhador assalariado. Passando, então, a terra a ser considerada mercadoria também, com a criação da primeira Lei de Terras em 1850. A criação dessa Lei é sem dúvida importante para determinar a característica da distribuição de terra que se vê hoje no Brasil. A lei proporcionou àqueles que já tinham a concessão de uso a se tornarem donos das terras dando em troca um determinado valor a Coroa. Assim, surge a

propriedade privada no Brasil, com características de vasto território nas mãos de poucos. Pois, ao tornar a terra uma mercadoria, os então ex-escravos não tinham condição alguma de comprar, continuando dependente dos grandes fazendeiros. A opção que restava era aceitar o trabalho assalariado oferecido pelos latifundiários. Pode-se dizer, também, que começa o êxodo rural brasileiro nesse período, com o estímulo do trabalho assalariado acontece a imigração de europeus para trabalhar nas lavouras, assim como o início do processo de industrialização, ocorrido no final do século XIX, empurrando os ex-escravos para as cidades para suprir a crescente demanda de mão-de-obra nas indústrias. Esse fenômeno foi intenso até o final da Segunda Guerra Mundial. Sendo esses os primeiros “sem terras” do país, e os primeiros a habitar os cortiços urbanos.

Porém, a abolição da escravatura não significou na prática a liberdade dos negros que continuaram a prestar serviços aos patrões, embora recebendo salários, a condição de trabalho era escravo. Mesmo quando escravos os negros já lutavam pelos seus direitos e pela permanência na terra, contudo nunca tiveram posse ou oportunidades de usufruir. Nesse contexto que surge no Brasil os primeiros conflitos que envolvem a terra agrária como o caso da República de Palmares, mais tarde a Revolta de Canudos e do Contestado. Em apoio à liberdade dos negros surgiu um movimento liderado pelos filhos dos brancos que moravam nas cidades e faziam parte da classe média (chamado *Caifases*) que apoiavam esses trabalhadores a fugirem do poder dos patrões. Crescendo os números de negros rebeldes que formavam os chamados “quilombos”.

A Lei Áurea de 1888, assinada como definitiva na liberdade dos escravos, não resolveu a injustiça já estabelecida no contexto agrário. Nessa época era cerca de 2 milhões de escravos libertos, sem condição de permanecer no meio rural por não ser dono de terra, não restando outra opção a não ser vender seu único “bem”, sua força de trabalho nas indústrias urbanas. A questão era onde se estabelecer nas cidades, onde já era apropriada pelos capitalistas. É nesse sentido que Stédile (2011, p. 15-31) afirma que “a Lei das Terras é também a ‘mãe’ das favelas nas cidades brasileiras”.

Além de não poder mais contar com o trabalho escravo o modelo de produção baseado na exportação sofreu o golpe final com suspensão da exportação dos produtos da América por parte do continente europeu, em virtude da I Guerra Mundial (1914 -1918). A saída encontrada pela Coroa Portuguesa para atrair mão de

obra para o campo foi à busca de imigrantes que estavam em situação precária em seus países (Itália, Alemanha e Espanha), já em virtude da industrialização na Europa. A Coroa prometeu “terra fértil e barata” a quem viesse para o Brasil, atraindo, assim, cerca de 1,6 milhões de trabalhadores do campo que vieram especialmente para o sul do país onde receberam terras, que mais tarde tiveram que pagar para ter a posse. Em menores quantidades imigrantes foram para Rio de Janeiro e São Paulo, esses por sua vez não receberam terra. Tiveram que trabalhar nas terras que estavam plantadas com café. Durante o trabalho escravo recebiam uma pequena parte de terra para produzir o seu sustento e outra parte também reduzida (cerca de 2 hectares por famílias) com café para cuidar toda produção. No final esse imigrante vendia sua parte como forma de pagamento. Esse regime foi chamado de *colonato*. Com a I Guerra Mundial, foi proibido o transporte através de navios de imigrantes para a América, isso aumentou a crise no meio agrário brasileiro.

A denúncia que Pedro Stédile (2011) faz em seu livro “A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960” é baseado na quantidade de população que o Brasil passava a ter após 350 anos de ocupação pelos colonizadores capitalistas.

A população nativa que já habitava o território, em 1500, era de aproximadamente 5 milhões de pessoas. Acrescente-se que foram trazidos milhões de trabalhadores escravizados da África e, depois de 350 anos de exploração, no fim do século 19, havia pouco mais de 5 milhões de habitantes. Ou seja, foi um grande massacre de nossa população, indígena e negra, pelo capitalista colonizador europeu, que, sem sua presença, teria se multiplicado aos milhões no mesmo período. Além do genocídio que representou a morte de milhões de pessoas escravizadas na África, durante o transporte e na não adaptação ao território. (STÉDILE, 2011, p. 26)

Os dados apresentados acima desvelam a gravidade da relação entre a hierarquia de classe dentro da agricultura brasileira. A violência no campo começa pela “ganância” dos colonizadores europeus em busca do lucro. No início a imposição e cooptação dos povos “natos” do território brasileiro para trabalhar sem direito a receber praticamente nada em troca, exceto o alimento básico para se manter ativo no trabalho. Mais grave que isso foi a dizimação de índios e negros que não aceitavam o modelo de produção chamado *plantation*. Esse modelo só interessava aos capitalistas colonizadores, não aos povos que já habitavam esse vasto país com dimensões continental, que tinham na agricultura sua sobrevivência

e a liberdade de poder se deslocar de um lugar a outro quando o alimento oferecido pela natureza se tornava escasso.

No final da década de 20, a crise do modelo *plantation* afetou a política das classes dominantes e culminou com a queda da República Velha em 1930. Mas é nesse contexto, que ganha força o conceito de *campesinato* na agricultura brasileira. O *campesinato* é uma forma de organização de grupos sociais que tem como base o trabalho familiar, com certo grau de autonomia na gestão das atividades desenvolvidas no contexto agrário. A diferença para o trabalhador escravo é que nesse sistema o camponês é dono de grande parte ou de toda a produção. A presença do *campesinato* no Brasil ocorreu com a vinda de pequenos agricultores imigrantes da Europa, que “ocuparam” pequenos lotes de terras nas regiões sul e sudeste. A outra formação se deu pela composição de trabalhadores que não eram escravos, mas que não tinham a terra como propriedade. A maioria é fruto da miscigenação que ocorreu durante a colonização basicamente entre brancos, índios e negros. Esses povos passaram a ocupar regiões que não era ocupadas pela colonização que preferiam se estabelecer próximos ao litoral. Com isso, a saída foi adentrar o território, “desbravando” o sertão, ao qual foram, chamados de “sertanejos” e caboclos, já outros se deslocaram para territórios de Goiás e Minas Gerais.

Já que a fase agroexportadora vivenciou um período de crise, o próximo período de análise se remete a 1930 a 1964. A primeira mudança acontece na política com o Golpe Militar e o estabelecimento da República, fase essa chamada de “Era Vargas”, pois foi ele quem governou o Brasil de 1930 a 1945. Quanto à questão central dessa discussão, é importante ressaltar que o sistema agrário ganhou um novo enfoque que é a industrialização. Mas que essa não está totalmente desvinculada da produção agrícola, que precisava se manter produzindo para exportar, dessa exportação é que a indústria dependia para poder trazer máquinas modernas da Europa. Aliado a isso a indústria foi se “modelando” às necessidades da agricultura que precisava de mais tecnologias para produzir, surge então, às indústrias de insumos e ferramentas para auxiliar na produção agrícola.

Por volta de 1945, começa a se formar a *Liga Camponesa*. Após a Segunda Guerra Mundial (1945) houve um grande aumento no preço do café. Em virtude disso muitos arrendatários de terras e engenhos (foreiros) que haviam ocupados terras na região Nordeste do Brasil foram expulsos pelo governo. A terra sendo uma

mercadoria, os conflitos pela terra se tornam também uma disputa política. Assim a mobilização de muitos camponeses ocorreu em diversos estados do Brasil com grande organização inclusive de ordem partidária. As mobilizações eram vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Mas essa influência ao partido levou a uma repressão por parte do governo Dutra em 1947, que não reconheceu o PCB como partido na época. O “preço” disso foi a violência sofrida pelos camponeses sendo reprimidos e atacados fisicamente por fazendeiros e seus jagunços. (FERNANDES, 2000, p. 33).

No governo de João Goulart (1961–1964), depois de muita luta dos trabalhadores pelos seus direitos, foi criado o *Estatuto do Trabalhador Rural* (1963), como o próprio nome diz são os direitos dos trabalhadores rurais que a partir de então forma garantidos em lei. Outra garantia criada ao trabalhador, agora mais na questão previdenciária, foi o *FUNRURAL* (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural). O grande problema foi o não cumprimento da lei por parte dos fazendeiros que, para fugir dos encargos trabalhistas, passaram a contratar o trabalhador de forma temporária (chamados “boias frias”).

Com o Golpe Militar de 1964 a Liga Camponesa foi proibida de existir, mas mesmo com imposições militares sobre as reivindicações dos trabalhadores rurais, uma criação importante foi o Estatuto da Terra (1964), sendo uma forma de atender as exigências dos camponeses na luta pela reforma agrária. O detalhe é que ficou mais no plano formal, pois os militares preferiram aliança com os grandes capitalistas na busca de uma agricultura moderna e competitiva para atender o mercado.

Dentro desse novo contexto de modernização na agricultura, o camponês está amarrado a seguir a trajetória do capitalismo e começa e se inserir no mercado de trabalho assalariado das indústrias. Para Stédile (2011), a modernização vem em favor do capitalismo sendo o principal fator responsável pelo êxodo rural. Esse fenômeno fazia com que a oferta de mão-de-obra fosse abundante, colaborando para o barateamento do custo de produção no que se refere à força de trabalho urbana. Mas há que se destacar também que nesse mesmo período a indústria incentivava a produção camponesa para que essa produzisse matéria-prima a ser industrializada. Assim tem-se na década de 60 uma crise desse modelo de indústria dependente, mas a dualidade apresentada pelo camponês é o que mais deve ser analisado, já que ao mesmo tempo em que atendia o mercado de trabalho, também

aumentava as pequenas propriedades com finalidade de produzir para as indústrias atendendo a lógica clássica do capitalismo, de transformar tudo em mercadoria.

Para Ignácio Rangel (1989), um autor influenciado pela vertente cepalina, a questão agrária brasileira assume um papel muito amplo dentro da economia “que em países subdesenvolvidos faz com que a agricultura cumpra as funções do setor primário, secundário e terciário da economia ao mesmo tempo.” (DE MERA, 2008, p. 5). Pois, na tese da CEPAL, o setor agrícola é um espaço de conflito e tensionamento da inflação que gera crises no abastecimento de alimentos. Por isso, Rangel (1989) defende a industrialização, não sendo necessária, segundo ele, a realização da reforma agrária para desenvolver o país, visto que, no Brasil ocorreu um feudalismo de forma inversa do ocorrido na Europa, sendo este o maior problema da questão agrária e não a oligarquia, pois esta poderá ser útil para vencer o feudalismo.

“Com efeito, os feudos que os pactos de suserania-vassalagem iam criando no Brasil diferiam, pelas condições em que deviam operar dos feudos europeus da Alta Idade Média. Enquanto estes atuavam nas condições da inexistência de terras livres – ou terras devolutas, como aqui dizíamos – segundo o princípio “*nulle terre sans seigneur*”, os feudos brasileiros navegavam num oceano de terras sem dono, se excluirmos a sua propriedade da Coroa”. (RANGEL, 1989, p. 212).

Como prova que o feudo ocorreu no Brasil Rangel (1989) cita o fato dos escravos, mesmo após a libertação, não terem acesso a posse de terra, pois a Lei da Terra atribuía valores a serem pagos para ser proprietário o que impedia que escravos sem nenhum recurso financeiro adquirissem terra. Ocorrendo aquilo que chama de “servidão dos escravos” que não tinha alternativa a não ser continuar agregado do latifundiário.

“O latifúndio feudal surgiu como uma dissidência progressista da antiga classe hegemônica, os senhores de escravos, que eram também latifundiários, mas que não derivavam daí sua posição social e não eram monopolistas da terra acessível, habitável e agriculturável com os meios da época”. (RANGEL, 1989, p. 218).

Ao defender a industrialização, Rangel (1989) explica a passagem do feudalismo ocorrido no Brasil para o modo capitalista, onde o servo da terra passa a vender sua mão de obra pelo salário na fábrica e o latifundiário feudal passa a ser um empresário dono do meio de produção e do capital. Nesse ponto, o autor não vê

a necessidade de reforma agrária. Uma saída para o êxodo rural e para evitar a superpopulação de mão-de-obra nas cidades é manter a estrutura fundiária baseada no latifúndio, conservando pequenas áreas produtivas próximos aos grandes complexos rurais o que garante a mão de obra e a produção de subsistência a essas famílias.

Ao contrário do pensamento de Rangel, Caio Prado Junior (1981) tem influência da teoria marxista, além da identificação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Num primeiro momento de sua análise sobre a questão rural (antes de 1964), Prado Júnior (1981) foca a questão da desigualdade social ocasionada pela concentração de terra nos latifúndios.

”É nisso que consiste essencialmente a nossa questão agrária. Ela se resume nisto: que a grande maioria da população rural brasileira a sua quase totalidade, com exclusão unicamente de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligados à terra e nela exercer sua atividade, tirando daí seu sustento, se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência”. (PRADO JR, 1979 *apud* KAGEYAMA, 1993, p. 9).

Prado Júnior (1981) percebe a questão agrária baseado na estrutura fundiária de latifúndio, o principal fator da pobreza da sociedade brasileira. Diverge da análise de Rangel sobre as relações estabelecidas no contexto agrário. Ao contrário de relação feudal, Prado Júnior verifica uma relação de conflito entre burguesia/capitalista e empregados/assalariados, características clássicas do sistema capitalista. Nesse sentido, a reforma agrária é uma das alternativas de mudanças na qualidade de vida da população rural, já que o problema central é a condição miserável que a população rural se encontra. Pois, “o maior embaraço, de natureza econômica e de ordem geral no caminho dessa luta é, sem dúvida, a concentração da propriedade agrária que contribuí fortemente para colocar o trabalhador em posição muito desfavorável”. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 79).

Porém, o autor não compartilha da reforma agrária defendida pelos camponeses, pois entende que não é somente a estrutura fundiária o maior problema da questão agrária, por isso concentra seus estudos, após 1964, na relação da classe trabalhadora assalariada, que dentro do modo capitalista é explorada, arruinando a situação de vida, não tendo condições econômicas de

adquirir a posse da terra. A solução para isso seria uma maior garantia das leis trabalhistas e melhores condições de trabalho.

Outro autor que trata sobre a questão agrária é Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2006). Este considera a reforma agrária como uma mudança na estrutura fundiária, ou seja, para haver melhoria no campo é preciso distribuir melhor as terras. Na opinião de Oliveira a situação de concentração de terra no Brasil se mantém devido o papel que a grande propriedade desempenha dentro da estrutura capitalista de concentrar capital e riqueza. Para o autor a reforma agrária no Brasil é possível, pois 30% do território brasileiro ainda são terras devolutas de um total de 850 milhões de hectares, isto representa 170 milhões que foram griladas ou invadidas por grandes fazendeiros.

Mesmo que a realidade de terras pertencentes ao poder público sob a condição devoluta seja suficiente para realizar uma grande distribuição de terra, Oliveira (2006) sente a necessidade de políticas que combatam a miséria no campo, políticas estas que não tiveram, até então, o interesse dos governos e da classe burguesa. Quando agricultores camponeses se mobilizam para buscar a conquista da terra são violentados pelos proprietários, ocorrendo um grande número de assassinatos que, segundo dados da Comissão da Pastoral da Terra – CPT (2010), no período de 1964 a 1988 foram de 2.100 pessoas mortas em confronto com os fazendeiros ou seus defensores. Números esses que atingiram 240 no período de 1991 a 1995 e chegou a 376 mortes entre 2003 e 2010.

### 3.2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: DA REVOLUÇÃO VERDE AO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF

Durante o Regime Militar, especialmente na segunda parte da década de 1970, o governo de Geisel começa, na Amazônia, grandes projetos agropecuários com o apoio financeiro de grandes corporações. Com a introdução de capital externo no Brasil surge a chamada *Revolução Verde*, que tem como principais características a introdução de multinacionais e transnacionais no campo dos chamados países subdesenvolvidos, baseado na introdução de incremento tecnológico na busca de produzir em grande escala. Com isso, a agricultura brasileira passou a usar, além de máquina e tratores, fertilizantes e defensivos agrícolas para atingir um melhor desempenho no desenvolvimento dos vegetais.

Para o pequeno produtor a Revolução Verde não foi um bom negócio literalmente, pois, apesar de aumentar consideravelmente a produção, o desemprego entre os trabalhadores rurais e pequenos camponeses foi enorme. A essas pessoas não restou outra alternativa que não fosse a migração para as cidades em busca de melhores condições de vida. Os números do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que nas décadas de 60 e 80 foi o período que mais ocorreu a fenômeno chamado *êxodo rural*.

As agências de desenvolvimento, instâncias de política e centros acadêmicos e de pesquisa utilizam o conceito de êxodo rural para caracterizar a intensa migração do campo em direção às cidades, que envolveu milhões de indivíduos e alterou profundamente a configuração sócio-espacial desses países. Esses fluxos internos fizeram com que apenas em alguns países da América Central a população rural continue acentuadamente maior do que a população urbana, enquanto nos demais as porcentagens são elevadas, semelhantes às dos países desenvolvidos [...]. (MOTTA, 2010, p. 209-210).

Apesar dos governos, durante a Ditadura Militar (1964-1985), realizem um processo de reforma agrária com a criação das chamadas *agrovilas*, que foram pequenos assentamentos nas regiões norte e centro oeste, que na prática não funcionou devido à difícil localização dessas famílias em lugares sem condições de moradia e serviços básicos como saúde, educação, além da falta de infra-estrutura para escoamento da produção. A implantação das tecnologias da Revolução Verde privilegiou os grandes latifundiários mais uma vez na história da agropecuária brasileira. Com a mecanização no campo, houve a substituição da mão de obra, e aqueles pequenos agricultores que permaneceram no campo não conseguiram implantar as tecnologias, assim sua produtividade baixou não sendo capaz de competir no mercado capitalista com os grandes produtores.

As políticas agrárias dos governos militares tinham um objetivo claro de expansão da agricultura brasileira para competir com o mercado externo, com o “discurso” que o Brasil precisava evoluir, era necessário colonizar regiões estratégicas como o Norte e Centro-Oeste. Os altos investimentos nesses projetos de colonização “mascaravam” os privilégios dados a empresas internacionais e nacionais que ocupavam essas regiões, a fim de aumentar a produção agrícola. Como estratégias para acalmar aqueles não beneficiados com os projetos de colonização, o governo cria em 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

[...] os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação, por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número e de extensão dos latifúndios. Financiaram as mudanças na base técnica de produção, com base nos incentivos criados e do crédito subsidiado pela sua política agrícola. Proporcionaram assim a modernização da agricultura e a territorialização do capital no campo. Do outro lado, reprimiu toda e qualquer luta de resistência a sua política. (FERNANDES, 1999, p. 39).

Mesmo com a implantação do Programa de Integração Nacional (PIN) em 1970, não amenizou as disputas pela terra, ao contrário, o forte investimento na agricultura não beneficiou a maioria da população. A intenção do governo era aumentar a produção de matéria prima do campo para fortalecer a indústria e nesse contexto o camponês não é contemplado com as reformas dos militares e o descontentamento entre os camponeses é “abafado” pelo regime autoritário. Diante da necessidade de sobrevivência a opção foi o trabalho de “chão de fábrica” nas grandes cidades.

O processo de *modernização conservadora* na agricultura implantado pelos militares tinha em princípio o grande objetivo de impulsionar a modernização sem promover grandes mudanças estruturais, já que o segundo objetivo era o controle sobre as classes sociais. (FERNANDES, 2008, p. 185). O modelo adotado acabou com as esperanças de reforma agrária, e o regime político usava da força para impedir que pequenos agricultores pudessem se manifestar contra o sistema. A Revolução Verde não modificou em nada a estrutura fundiária já estabelecida, aliás, o latifundiário se beneficiou com a saída dos pequenos agricultores do campo, aumentando cada vez mais as grandes fazendas.

Para tanto, deve ser ressaltado também que nesse modelo de modernização, ocorreu uma mudança técnica no uso dos meios de produção baseado numa agricultura mecanizada e utilização de insumos. De outro lado, aconteceu a integração entre a indústria e a produção de matéria prima, especialmente para atender a demanda da indústria. Percebe-se nesse período um importante aumento na produção de alimentos, o que modifica em parte a produção de monoculturas que existia. A influência nesse processo são as exigências do mercado externo que cada vez mais necessita de produtos industrializados numa lógica da oferta e procura. Essa nova configuração da economia brasileira é o começo da estratégia do *agronegócio* que nos dias atuais está na pauta política com muita frequência e necessidade. Por esse momento de integração, entre economia rural e urbana e

influência de capital público e externo, que o período de 1965 a 1982 foi chamado pelo economista e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Guilherme Costa Delgado (2005), como “idade de ouro”, onde a integração da agricultura capitalista com a indústria teve forte medição financeira do poder público.

Como já foi dito, algumas mudanças nos modelos agrários, ao longo dos anos de modernização durante o Regime Militar, fortaleceu a manutenção do latifundiário, como descreve Delgado:

Em certo sentido pode-se visualizar nesse processo de modernização um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. Estas são regionalmente identificadas com segmentos produtivos organizados a partir de 1930 (era Vargas) nos institutos federais de fomento e defesa setoriais. No período da “modernização conservadora” serão reassimiladas em programas e projetos especiais, os quais garantem ao latifúndio a obtenção de inúmeras linhas de apoio e defesa na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural. A valorização extraordinária dos patrimônios territoriais, muito além do crescimento real da economia, é um sinal conservador desse projeto de modernização. (DELGADO, 2005, p. 9).

A década de 1980 é um período de transição da economia agrária brasileira, com o fim do Regime Militar, acaba um longo ciclo de repressão social e começa abertura para uma nova ordem, que são as mobilizações sociais em reivindicação aos seus direitos. O debate sobre a reforma agrária que foi “sufocada” durante o “regime autoritário” emerge com grande força. Prova disso é o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, que se apresenta como um movimento social camponês, autônomo, que luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país. (MST, 2014). Além do fortalecimento de outras entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a aliança de Organizações Não Governamentais (ONGs) em defesa do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e a influência da igreja na Comissão Pastoral da Terra. No Estado é colocado como pauta da agenda política que culminou com a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985-1988) pelo presidente Tancredo Neves.

Mediante a Constituição Federal de 1988, a terra passa a ter que cumprir a função social, e fica sujeita em alguns casos à desapropriação para fins de reforma agrária. Mas mesmo com essa mudança na lei no sistema fundiário, isso não

garantiu que o latifúndio sofresse alteração, inclusive existindo até os dias de hoje, pois a execução da lei dependia e depende do “jogo político” dos governos. Logo após a aprovação da Constituição, a questão agrária não se modifica no que se refere à propriedade privada. Mais uma vez a presença do capitalismo mundial interfere na questão, pelo fato do país depender economicamente de outras nações, inclusive com empréstimos estrangeiros. Em contrapartida aos empréstimos, esses países fazem grandes restrições que devem ser cumpridas pelo país detentor da dívida. É nesse cenário de submissões à ordem externa que a economia agrícola do Brasil se manteve nos últimos anos. (BRASIL, 1988).

Segundo Fernandes (2000), o que se percebe na transição da ditadura militar para a democracia é pouca mudança na criação e execução de políticas públicas direcionadas a questão agrária. O que existe nesse período, muito devido à abertura política, é a organização dos movimentos sociais que exercem mobilizações, ocupações que “obrigaram” os governos a implantar a política de assentamentos, muito mais preocupado em acalmar os ânimos gerados pelo conflito entre movimentos e fazendeiros, do que fazer a reforma agrária de fato.

[...] No primeiro governo da nova república foi criado o Plano Nacional de reforma agrária, que não se concretizou. A maior parte dos assentamentos implantados durante esse governo foi resultado das ocupações [...] nos governos Collor e Itamar, as políticas criadas para tratar da questão agrária mantiveram a repressão aos Sem-Terra [...] a militarização da questão agrária tem sido uma cerca à luta dos trabalhadores. Na década de 90 emergiu uma nova cerca: a judicialização da luta pela terra, representada pela intensificação da criminalização das ocupações e na contínua impunidade dos mandantes e assassinos dos trabalhadores. (FERNANDES, 2000, p. 20).

“No capitalismo, o processo de produção do espaço social determina as suas formas por meio das relações sociais, que são compreendidas na tríade formada pelo capital, trabalho assalariado e propriedades fundiárias”. (FERNANDES, 1999, p. 24). Com base nesses princípios do capitalismo e influenciado pelas políticas de mercado externo do Banco Mundial, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) adotou algumas medidas como: cadastramento de terras pelo correio, punição mais severa para quem ocupasse as propriedades privadas, as privatizações, abertura de mercado internacional e uma das principais medidas foi à extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). O fato de não mais existir o PROCERA, deixou os movimentos ligados a reforma

agrária sem força para exigir políticas de assentamentos, visto que esse programa era específico para tratar sobre o assunto. Como forma alternativa aos trabalhadores rurais, especialmente aos ligados à agricultura familiar, o governo criou o Programa Nacional de Assistência a Agricultura Familiar (PRONAF). Porém, dentro de uma política neoliberal de governo, a assistência familiar não resolveu a questão de desigualdade no meio rural, pois a lógica de mercado capitalista brasileiro prioriza a produção com emprego de tecnologias dos latifúndios e considera a agricultura familiar “desatualizada” e rudimentar, incapaz de competir no mercado externo.

A forma institucional quanto às políticas socioeconômicas da agricultura brasileira, ao longo dos anos, começa em 1860, durante o 2º Império, com a criação da “denominada Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a pasta é criada por decisão da Assembléia Legislativa, integrando a estrutura formal do gabinete de Dom Pedro II” (MAPA, 2014). A Estrutura organizacional vem se modificando e se adequando as exigências econômicas e produtivas do contexto temporal, econômico e político de cada época. Com a finalidade de diminuir a histórica desigualdade de apoio financeiro institucional da chamada agricultura patronal com a *agricultura familiar*, foi que o governo FHC reorganizou o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2001), a fim de apoiar políticas de incentivo e expansão dos agronegócios e da circulação ao mercado externo de produtos agrícolas. A partir do MAPA, surgiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (1999) com a missão de atender as demandas da agricultura familiar. Para fazer a conexão entre as “duas agriculturas”, a ligação do INCRA ao MDA tinha o propósito de diminuir a dualidade institucional sempre existente no Brasil.

Dados do INCRA (2010) apontam que nos dois mandatos de governo de FHC (1995 – 2002) foram assentadas 540.704 famílias, números recordes, até então, na história da reforma agrária brasileira. Mas porque a reforma agrária se torna tão importante na questão agrária brasileira? Essa pergunta pode ser mais bem compreendida se analisar o histórico de desigualdade na distribuição de terras no Brasil. Em virtude disso, o conceito de reforma agrária, descrito no Estatuto da Terra Art. 1º, § 1º, Lei 4504/64, se apresenta como um instrumento principal capaz de resolver a concentração de terras nas mãos da minoria da população, pois “considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de

atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”. (BRASIL, 1964).

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) ocorreu no primeiro mandato de governo de Luis Inácio Lula da Silva – Lula (2003-2006), que foi eleito com apoio declarado do MST, que depositava uma grande expectativa quanto a mudanças políticas de atendimento a reforma agrária. O II Plano apresentava a “inclusão de uma significativa parcela da pirâmide social na economia agrária, regida por um novo marco de regulação dos mercados agrícolas, de sorte a garantir crescimento da renda, do emprego e da produção desse setor.” (MDA/INCRA/II PNRA, 2003, p. 18). Porém, a quantidade de assentamentos esperada pelo MST e a “grande mudança” na política agrícola que pudesse fazer cumprir a função social da terra, que o movimento sempre buscou, acabou não ocorrendo, no final do segundo mandato em 2010, segundo o INCRA (2010), o número de famílias assentadas nos oito anos do governo Lula foi de 614.088, número este maior em comparação com o governo anterior de FHC, porém contestado por alguns “analistas” como o professor Umbelino de Oliveira (2006) da Universidade de São Paulo, este considera “irreal” os dados, pelo motivo de serem incluídas como assentamentos novos, áreas de assentamentos antigos e de reassentamentos de atingidos por barragens. O governo FHC também contesta os dados da reforma agrária apresentado pelo INCRA, onde podemos perceber que existe uma “guerra de números”, onde cada governo apresenta suas justificativas, porém optamos por utilizar neste trabalho os números disponibilizados pelo INCRA, por ser este o órgão responsável pelos números oficiais da reforma agrária no país.

No período do governo de Lula, foram implementadas algumas ações que promoveram incremento de renda, especialmente as classes menos favorecidas do meio rural. Entre as medidas se destaca: o Bolsa Família, um programa de transferência direta de renda destinados a famílias pobres e de extrema pobreza; a criação da Lei 11.326/2006 que definiu a agricultura familiar junto com o aumento de crédito aos beneficiários do PRONAF, possibilitando a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse programa é destinado à aquisição de alimentos da agricultura familiar para pessoas com “situação de insegurança alimentar”. Posterior, esse programa embasou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estimulando que a compra da alimentação escolar seja oriunda da agricultura familiar. Além de Programas como: Fome Zero com propósito de combate

a pobreza, Programa Luz Para Todos, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Lei de Combate ao Trabalho Escravo e reestruturação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com enfoque para comercialização de produtos da agricultura familiar. (BERGAMASCO; ESQUERDO, 2011, p. 564-567).

No atual governo de Dilma Rousseff (2011 até os dias de hoje), não é percebido um discurso mais claro quanto à reforma agrária no que tange a distribuição de terra propriamente dita. O principal lema do atual governo é o “combate a pobreza”, para isso suas medidas políticas são em conjunto a diversos setores da sociedade que buscam através da manutenção de programas do governo anterior melhorar a distribuição de renda. Mas vale lembrar, segundo Wanderley (2011), que as causas e consequências da pobreza profunda são do modelo baseado na concentração de terras e na modernização que causa o desemprego e o êxodo rural. Assim, a distribuição de terra seria um importante aliado das políticas de agregação de renda para combater a pobreza.

Em suma a questão agrária do Brasil e todo contexto histórico de problemas no campo é herança que se pode definir a partir da chegada dos colonizadores europeus, que junto trouxeram toda a lógica de mercado já existente na Europa privilegiando o latifúndio de terras no Brasil. Além da falta de políticas públicas, não somente no campo, pois a questão não se restringe a zona rural, abrangendo, também, as relações sociais urbanas. Ainda mais após a industrialização com a maior dependência de matéria-prima do campo, com isso o mercado e a mão de obra estão totalmente vinculados. Até o momento percebe-se que o tratamento dado pelos governos não foi suficiente para atender questões de distribuição de terra, de produção, e de investimentos que possam contemplar a pequena e média propriedade, especialmente, além de resolver aspectos relacionados à habitação, saúde e educação que estão todos atrelados dentro da sociedade brasileira.

## 4 INTELECTUAIS E ÊXODO RURAL NO BRASIL

Neste capítulo, pretende-se apresentar as diversas visões de seis autores ligados às universidades que mais aparecem como referência no debate sobre o êxodo rural no Brasil contemporâneo. Para apresentação dos autores será considerado os seguintes critérios: uma breve biografia, situando “o lugar social” ocupado por cada um, e na produção de ideias busca-se abordar a relação do êxodo rural com o agronegócio e a reforma agrária que cada autor realiza para diagnosticar o processo de migração rural no Brasil. O objetivo dessa investigação é fornecer argumentos para a análise final desse trabalho, onde será realizado um quadro comparativo de cada autor, buscando verificar em que pontos suas ideias se aproximam e se distanciam? E como as ideias se convertem em ações de propostas de políticas públicas para o êxodo rural?

### 4.1 JOSE ELI DA VEIGA

Jose Eli da Veiga nasceu em 1948, é graduado em agronomia pela *École supérieure d'ingénieurs et de techniciens pour l'agriculture* (1973), mestre em economia agrícola pela *Universidade Paris IV* (1976), doutor em Desenvolvimento Econômico e Social pela *Universidade Paris I* (1979) e livre-docente pela *Universidade de São Paulo* (1993). Realizou estágios pós-doutorais nas Universidades de Londres, (1989) e da Califórnia, Santa Cruz (1982). Exerceu o cargo de secretário do Conselho Brasileiro de Desenvolvimento Rural Sustentável (2001-2002), superintendente regional do INCRA em São Paulo, (1985-1986). Atuou, também, como técnico do Ministério da Agricultura em Portugal (1975-1977). Atualmente é professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), pesquisador do Núcleo de Economia Socioambiental (NESA) e orientador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Autor e co-autor de vários livros e de inúmeros artigos publicados em periódicos científicos nacionais e estrangeiros é também colunista do jornal Valor Econômico. (CURRÍCULO LATTES, 2014).

A grande experiência na questão agrícola, inclusive de outros países onde exerceu o cargo de técnico do Ministério da Agricultura de Portugal, levou o

professor Veiga a realizar diversos estudos relacionados à economia agrícola brasileira, inclusive na sua passagem pela coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborou um documento apontando estratégias e necessidades de políticas públicas a serem planejadas para o desenvolvimento do meio rural. É nesse documento denominado “*O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*” que Veiga (2001) faz um diagnóstico da dimensão rural no Brasil e adverte que o fenômeno do “êxodo rural” só se aplica na região Sul atualmente não ocorrendo nas demais regiões do país.

Para chegar a essa constatação, Veiga (2001) chama atenção para o “mito da urbanização”, onde o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera urbano todas as pessoas que moram nas sedes dos municípios, não levando em consideração as características morfológicas dos assentamentos humanos. O autor faz contestações sobre o debate do desenvolvimento da sociedade brasileira: onde os números do IBGE de 2000, consideram que 81,2% da população do Brasil era urbana e que a população rural era minoria e condenada a extinção por volta de 2030.

Essas “distorções” dos números do Censo Demográfico são causadas especialmente por dois problemas, o primeiro se refere a mudanças realizadas pelas Câmaras Municipais em função de razões fiscais, em que alteram o perímetro urbano dos municípios, alterando assim populações rurais que passam a ser consideradas urbanas mesmo que permaneçam morando no campo. O segundo problema são os critérios adotados para determinar os “perímetros municipais como linhas fronteiriças entre os espaços urbanos e rurais”. (VEIGA, 2001, p. 106). A visão de Veiga é baseada nos critérios da maioria dos países que consideram rural toda comunidade que possui população *rarefeita*, levando em conta até os que residem no centro dessas comunidades. Com esse critério milhares de brasileiros não seriam urbanos, levando em consideração muitos municípios com densidade demográfica baixa, que jamais podem ser chamados de cidades. Segundo o autor, para ser considerado urbano deve ser município de regiões metropolitanas ou aquelas que são “centros gravitacionais” de regiões que são compostas por vários municípios rurais. Existindo ainda, aqueles municípios que não são nem urbano nem rural, ao qual o autor chama de “rurbano”.

Para Veiga (2001), é claro que existem municípios que perdem população rural em decorrência da falta de serviços públicos capaz de garantir a permanência

dessas pessoas no campo, principalmente trabalho e educação. Porém existem muitos municípios que o aumento populacional rural é maior que o aumento urbano, inclusive maior em que o aumento das metrópoles. Levando em consideração a migração no Brasil entre 1996 e 2000, percebe-se que 2,8 milhões de pessoas foram para as cidades. Mas, em alguns municípios esse número foi compensado com 1,3 milhões de pessoas que se deslocaram para o meio rural. Considerando uma população rural de mais de 33 milhões a emigração foi de 1,5 milhões em 4 anos, sendo na região nordeste menos de 3%. De um total de 20 milhões saíram cerca de 440 mil pessoas, portanto, não podendo ser considerado como êxodo rural.

Para diminuir a emigração da população rural, segundo Veiga (2001), é preciso estratégias de planejamento por parte do poder público, formação de grupos de estudos com participação das universidades que levanta dados das regiões, condições físicas e geográficas, que se possam criar projetos de qualidades para serem analisados nas regiões e municípios. Esses projetos devem aumentar o número de oportunidades de desenvolvimento em todas as regiões rurais do Brasil, através da diversificação das economias locais com a diversidade na produção num sistema de policultores com criação e cultivo diversos. (VEIGA, 2001, p. 112).

Outra alternativa, para o êxodo rural, segundo Veiga (2002), é a reforma agrária que se apresenta com dois propósitos, sendo um de ordem produtivo e outro distributivo. Na ordem produtiva a reforma agrária possibilita aumentar à escala de produção e na ordem distributiva a busca é pela desconcentração da riqueza representada pela terra. Essa necessidade de distribuição de riqueza é essencial num país onde a concentração de terra é histórica, a política de distribuição de terra, especialmente na agricultura familiar, é essencial para o desenvolvimento econômico. Mas para ocorrer a reforma agrária é necessário ser decisão do Estado, pois é uma questão de ordem política que necessita de um enfrentamento do governo aos grupos que defendem o princípio do direito da propriedade para “explorar” trabalhadores e o próprio Estado, através de seus grupos políticos. No Brasil. Só é possível a reforma agrária se ocorrer um “profundo racha na coalizão dominante que leve os grandes proprietários de terras ao isolamento (político)” (VEIGA, 2002, p. 90-91).

## 4.2 RICARDO ABRAMOVAY

Ricardo Abramovay nasceu em 1953, é graduado em filosofia pela *Université de Paris X* (1974), mestre em Ciência Política pela *Universidade de São Paulo – USP* (1981), doutor em Sociologia pela *Universidade Estadual de Campinas - Unicamp* (1990) e quatro pós-doutorados na França realizados no *Centre International de Recherches Agronomiques pour le Développement – CIRAD* (1998), na *École des Hautes Études en Sciences Sociales –* (2000 e 2006) e na *Université de Versailles St. Quentin en Yvelines – UVSQY* (2001). Recebeu o prêmio de melhor tese de doutorado no Concurso Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS (1991). Atualmente é professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração - FEA da USP. Possui diversas publicações de livros, artigos e textos em jornais e revistas. (CURRÍCULO LATTES, 2014).

Para discutir sobre o tema do êxodo rural no Brasil, Ricardo Abramovay (1998) realizou um estudo juntamente com a economista Ana Camarano (1999). É nessa pesquisa do “panorama dos últimos 50 anos” que o autor compartilha com Camarano a necessidade de se observar as diferentes regiões para entender a movimentação da população. Pois, apesar do êxodo rural persistir em todas as regiões na década de 90, a região Nordeste possui 46% da população rural de todo o Brasil, segundo o censo populacional do IBGE de 1996. Já a região Sul e Sudeste que perderam a maior população rural de todo o Brasil, passa a ter uma diminuição na saída da população do campo nas últimas décadas. No entanto, o estrato de quem está abandonando o meio rural é na grande maioria de jovens e mulheres, o que tem caracterizado um espaço rural de uma população envelhecida e predominantemente masculina.

Diante dos dados dos últimos 50 anos, é que Abramovay (1998) entende a importância de estudar o fenômeno, pois a cada 10 anos, 1 em 10 brasileiros residente no campo emigram para as cidades. Assim persistindo, a população rural desapareceria em poucas décadas, mas esse processo, segundo o autor, não está determinado de forma linear, por isso a necessidade de levar em consideração as novas atividades que estão sendo descobertas, como fonte de renda aos trabalhadores rurais que não são agrícolas. Essas atividades além de manter pessoas no campo, têm atraído num processo inverso da cidade para o campo

peessoas que buscam gerar renda desfrutando as potencialidades e as oportunidades que a terra e a natureza oferecem, especialmente atividades de lazer com o turismo rural.

Para aqueles, onde a fonte de renda é essencialmente agrícola o melhor modelo, segundo Abramovay (1998), é o baseado na agricultura familiar. Segundo o autor, esse sistema favorece a relação necessária e diversificada do campo com a cidade. A ligação do agricultor com o meio urbano é essencial na construção da mobilidade de forças sociais para desenvolver a economia de regiões atrasadas e abandonadas. O autor ressalta que na maioria das migrações estão as pessoas com dificuldade de integrarem o mercado de trabalho nas cidades. Para ele o campo oferece grandes oportunidades de renda, basta que exista uma melhor integração entre as populações.

Ainda, para Abramovay (1998), o critério econômico que predomina nas relações sociais de produção de mercadoria é a ligação feita pelo mercado “no qual a natureza dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social” (ABRAMOVAY, 1998, p. 104). Baseado na “racionalidade fundamentalmente econômica o autor busca argumentos para afirmar que o camponês não tem cultura suficiente para se incorporar às relações mercantis do capitalismo. E, além disso, está decretado a extinguir pelo processo natural de não sobreviver às exigências impostas pelo capitalismo. Esse agricultor tradicional já foi superado pelo agricultor familiar que está totalmente integrado ao mercado, utilizando técnicas de produção na busca de produzir mais em quantidade e qualidade.

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 1998, p. 131).

A extinção do camponês que Abramovay (1998) se refere é a transformação do modo de vida baseado numa produção de subsistência para uma inserção numa forma de trabalho que garanta a produção de excedente para ser comercializado com fins lucrativo. A teoria de Abramovay entende que o capital elimina totalmente a

possibilidade de existência do modo camponês, pois o modo capitalista obriga o camponês a se inserir no mercado. A corrente teórica de Abramovay surgida na década de 90 denominada de Paradigma do Capitalismo Agrário, promoveu uma ruptura no debate da questão social que através de seus argumentos busca desconsiderar a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo.

Segundo Abramovay (1998), a reforma agrária é importante na permanência do agricultor familiar no campo, porém, diferentemente de muitos autores, Abramovay considera que a reforma agrária no Brasil se dá pela integração do pequeno agricultor ao mercado. Assim, o Estado tem o papel de promover o acesso do produtor ao financiamento, que busca comprar a terra daqueles que voluntariamente se dispõem a vender numa chamada “Reforma Agrária de Mercado”. Esse modelo já é adotado nas políticas de combate a pobreza do governo brasileiro através do crédito do “Banco da Terra” apoiado pelo Banco mundial, com isso há uma integração do capital mundial por meio do agronegócio na aquisição de terra para o agricultor familiar.

A masculinização, o envelhecimento e a baixa escolaridade são fatores que o êxodo rural tem trazido para o campo. Essa constatação foi confirmada num estudo de Abramovay (1998) em propriedades da agricultura familiar na região do oeste catarinense. Das mulheres entrevistadas, o desejo de morar nas cidades existe na grande maioria, basta existir a possibilidade de melhoria nas condições de vida. Quanto à educação, a maioria dos pesquisados acredita que para permanecer no campo e trabalhar na propriedade ter a 4ª série do Ensino Fundamental já é suficiente. Portanto, o autor entende que o êxodo rural existe muito mais pela falta de inserção da população rural ao mercado capitalista. Essa integração pode ser resolvida pelas políticas de reforma agrária que possibilite o pequeno produtor ter acesso a compra de terra através do financiamento. O incentivo a agricultura familiar é essencial para produção de alimentos e a produção de matéria prima para as indústrias nas cidades, proporcionando maior renda as famílias rurais que não precisarão se deslocar para o meio urbano.

#### 4.3 MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY

Maria de Nazareth Baudel Wanderley é graduada em Direito pela *Universidade Federal de Pernambuco – UFPE* (1962), especialista em Ciências Sociais pelo *Institut des Sciences Sociales du Travail* de Paris (1966), doutora em Sociologia pela *Universidade de Paris X Nanterre* (1975). Foi professora da Unicamp até 1997, quando se aposentou. Publicou o livro *O mundo rural como um espaço de vida* em 2009, recebeu o prêmio Florestan Fernandes, concedido pela Sociedade Brasileira de Sociologia em 2011. Atualmente reside em Recife, sua cidade natal, onde é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS, em tempo integral e dedicação exclusiva, além de ser bolsista PQ do CNPq sem vínculo empregatício com a UFPE. (CURRÍCULO LATTES, 2014).

A autora apresenta um histórico processo de formação da questão agrária para chegar à discussão do êxodo rural no Brasil. Segundo Wanderley (1995) o modelo de produção adotado no Brasil está ligado ao processo de colonização, onde as grandes propriedades foram legitimadas através da oferta de créditos para produzir monocultura em grande escala para o mercado europeu. Nesse modelo, a pequena propriedade que é característica da agricultura familiar sempre sofreu a dominação social e política imposta pelo latifúndio como “subalterno” e tratada em segundo plano dentro da economia agrícola.

Ainda, para Wanderley (2000) esse tratamento desigual entre grande e pequena propriedade, assumido pela Colônia e depois como país, trouxe consequências que perpassaram a história e permanecem até os dias de hoje. O grande resultado da concentração do poder e da riqueza fez a pobreza atingir fortemente a grande porcentagem da população brasileira. Pois a existência da pobreza está diretamente ligada à concentração fundiária ao uso da tecnologia que desemprega e degrada as relações de trabalho e a urbanização que provoca a emigração do campo. Nesse sentido, a reforma agrária deve ser inserida no debate do combate a pobreza, especialmente da pobreza do campo, sendo que a origem desta se encontra nas restrições que a população enfrenta no acesso a bens produtivos como a terra e a água além dos bens e serviços que não são oferecidos pelo Estado que possa garantir os direitos como cidadão, principalmente saúde e educação. (WANDERLEY, 2011).

A reforma agrária deve ser pensada de forma a produzir um mundo rural dinâmico levando em consideração as particularidades sociais, econômica, política e ambiental e integrada ao conjunto da sociedade brasileira. Mas para ser dinâmico, segundo Wanderley (2011), o espaço rural deve ser povoado não como um aglomerado qualquer, mas como uma comunidade de proprietários, e aí entra a distribuição de terra da reforma agrária. E a centralidade do processo deve estar na agricultura familiar, mas isso não significa que o camponês deva ser extinto, e sim adaptado as novas demandas do mercado.

Apesar de a autora reconhecer que exista, entre a vida do campo e da cidade, diferenças espaciais, paisagísticas e culturais, o meio rural é um universo socialmente integrado com as relações urbanas. E por isso, o surgimento de uma nova ruralidade, faz alguns pesquisadores separar o rural do urbano, nos dias de hoje. Segundo Wanderley (2000) isso não significa o fim do rural pela supremacia urbana, sendo um espaço com novas características e formas de relação mais integrada à sociedade urbana e mais organizada internamente. As pessoas que residem no meio rural passaram nos últimos anos a se relacionar, seja através de parentescos ou pela busca de direitos como cidadãos no meio urbano (Wanderley, 1999, p. 20). Esse relacionamento tem ocorrido de forma natural e representa uma melhor opção de vida da população rural, diminuindo a dicotomia rural/urbano. Esse espaço não é singular dentro do território brasileiro, apesar de muitas regiões a economia rural não ser mais predominantemente agrícola, com a inserção especialmente do turismo rural. Nas regiões do nordeste a agricultura se torna a principal atividade e fonte de renda do trabalhador.

O êxodo rural segundo Wanderley (2009) é resultado da estrutura fundiária do país e atinge diretamente o pequeno agricultor que não é proprietário de terra ou então aqueles que possuem, porém em quantidade insuficiente, colocando em risco a sua permanência no campo e a dinâmica do espaço rural. O êxodo gera para o campo um desequilíbrio social pela perda em grande escala da sua população. O caráter migratório começa na década de 30 e chega intensamente durante a Revolução Verde (década de 70). A autora chama atenção que esse fenômeno não ocorre de forma “isonômica” em todas as regiões do país. Com

base nos dados de levantamento populacional do IBGE de 1996 registram uma população rural de 33.997.406 habitantes rurais que representa 21,6% da população total do Brasil. Mas o dado relevante que deve ser considerado é que desse total de habitantes rurais 45,8% são da região Nordeste, ou seja, 15.575.505 habitantes (Wanderley, 1999, p. 3). Contexto que levou a autora afirmar a existência de um “caráter nordestino da questão agrária”, e uma das alternativas de resolver os problemas nordestino é resolvendo as questões rurais da região.

#### 4.4 JOSÉ DE SOUZA MARTINS

José de Souza Martins nasceu em 1938 em São Caetano do Sul, estado de São Paulo. É graduado em Ciências Sociais pela *Universidade de São Paulo – USP* (1964), mestre em Sociologia pela USP (1966), doutor em Sociologia pela USP (1970), foi professor visitante da Universidade da Flórida (Gainesville, EUA) e da Universidade de Lisboa. Entre vários prêmios que ganhou está o prêmio Florestan Fernandes em 2007, além de diversos livros e artigos publicados em revistas e jornais. Atualmente é professor Titular Aposentado do Departamento de Sociologia e Professor Emérito (2008) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). (CURRÍCULO LATTES, 2014).

O sociólogo Martins realizou diversas pesquisas no universo agrário brasileiro, especialmente o contexto da chegada da modernidade junto com o capital inserido nas relações de produção, que revolucionou essencialmente a industrialização urbana, o que segundo Martins (2002) só agravou a desigualdade entre campo e cidade. As modificações ocorridas no campo e na cidade com a exigência do mercado capitalista introduziram mudanças em ambos os espaços, mas a falta de perspectiva no campo promoveu a mobilidade espacial de milhares de famílias em busca de trabalho, sem mesmo saber ao certo que tipo de trabalho seria esse. Muitos trabalhadores se deslocaram para trabalhar nas indústrias na década de 70, porém alguns influenciados pela “ideologia” de uma sociedade urbana promissora foram para as cidades sem saber o que lá os esperava. Diferentemente de outros autores, Martins utiliza muito mais o conceito de migração do que êxodo rural para se referir ao deslocamento social. “É preciso pensar no deslocamento

social que existe no deslocamento espacial, isto é, pensar nos fatores propriamente sociais, culturais e políticos embutidos ao processo de migração”. (MARTINS, 2002, p. 133).

Na visão de Martins (2002) a falta de ascensão social, dificulta a inclusão dos trabalhadores rurais ao campo, sendo assim, a migração é um problema social que no caso brasileiro foi impulsionado pela industrialização e urbanização que impôs a expansão da terra pelos grandes fazendeiros e apropriação de terras devolutas. A modernização no campo dispensou muita mão de obra, não restando alternativa a milhões de famílias se não a migração que:

Talvez devamos entendê-las como deslocamentos sociais que se tornam problemáticos para o próprio ser humano quando esses processos ocorrem em sociedades que estão passando por demorado período de estreitamento das oportunidades de vida, como a nossa. (MARTINS, 2002, p. 133).

O problema agrário brasileiro para Martins (2002) é reflexo de uma sociedade capitalista que traz grande diferença entre o social e o econômico. É nesse contexto, que a terra se caracteriza como um fator de disputa no campo que forma novos sujeitos sociais. Por isso, a importância de Martins diferenciar a propriedade familiar da propriedade capitalista, onde a primeira é propriedade direta daqueles que realizam o trabalho e a capitalista se legitima pelo instrumento da exploração (MARTINS, 1980, p. 58-59). O resultado esperado dessas propriedades é diferente, enquanto o capitalista busca somente o lucro, na propriedade familiar os produtores em primeiro lugar retiram diretamente os meios de vida que garante a subsistência dos membros da família.

Porém, a globalização econômica não favorece a permanência da propriedade familiar, onde estes não conseguem competir com a modernidade das grandes propriedades por isso:

A alternativa tem sido as políticas sociais compensatórias, sem dúvida necessária nessa circunstância, por meio das quais se procura atenuar os efeitos danosos do modelo econômico. Elas apenas confirmam e legitimam a exclusão por meio de benefícios que não constituem legítima apropriação social dos resultados da economia. (MARTINS, 2002, p. 14).

Para o autor, as políticas sociais no campo devem atender as questões que surgem pontualmente, nesse sentido que a reforma agrária deve ser realizada para atender uma demanda real, ou seja, a necessidade de uma parcela da população

que são a quantidade das famílias que estão acampadas nas diversas regiões do Brasil.

Em termos reais, a efetiva demanda por reforma agrária é constituída pelos sessenta mil sem-terra acampados nas ocupações. É evidente que isso não quer dizer que o problema social da terra se limite a eles. Mas, são eles que expressam acima de qualquer dúvida uma demanda por reforma agrária urgente (MARTINS, 2000, p. 108).

Para Martins (2002) o elemento que dificulta a realização da reforma agrária no contexto brasileiro é a correlação de forças da sociedade. Pois num país onde o grande capital se tornou proprietário da terra a “reforma agrária clássica”, de distribuição de terra para o desenvolvimento produtivo, social e baseado numa nova concepção agrária, iria contra o capital e ao modelo baseado na concentração de terra adotado pelo Brasil. Para ele não é o número de desapropriações ou assentamentos que definem o perfil e a justiça da reforma agrária, mas sim o termo qualitativo dessa reforma.

O essencial é que haja um setor ponderável da sociedade reivindicando a ampliação do lugar da agricultura familiar no sistema econômico e que em parte essa agricultura familiar esteja nas mãos de pessoas que se ressocializaram na luta pela reforma agrária e nela se politizaram. (MARTINS, 2000, p. 109).

A explicação sobre o processo de exclusão e conseqüente êxodo rural no Brasil realizada por Martins (2002), se baseia no resultado da reprodução do capital que acontece dentro de uma lógica de mercado. Como as políticas públicas privilegiam os grupos nacionais e internacionais para aumentar a produção nas cidades, às atividades oriundas da agricultura familiar recebem pouco incentivo, com esse desequilíbrio a pobreza e a miséria rural são inevitáveis. O esvaziamento do campo em busca de trabalho nas cidades promove um vazio rural e “metropoliza” as cidades de miséria.

#### 4.5 SÉRGIO SCHNEIDER

Sérgio Schneider é graduado em Ciências Sociais pela *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* – UFRGS (1990), mestre em Sociologia pela *Universidade Estadual de Campinas* – Unicamp (1994), doutor em Sociologia pela UFRGS (1999)

e pós-doutor no *Institut of City and Regional Planning, na Cardiff University/Wales/UK* (2008). Tem três livros publicados e diversos artigos em revistas e periódicos. Atualmente é Professor Associado do Departamento de Sociologia e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e de Sociologia da UFRGS e membro titular do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Estado do Rio Grande do Sul. (CURRÍCULO LATTES, 2014).

Como estudioso da sociologia rural Sérgio Schneider (2000) se preocupou em estudar os fatores responsáveis pelo grande êxodo rural ocorrido especialmente no Rio Grande do Sul, que muitos autores consideram ser um dos estados, juntamente com a Região Sul, que ainda exista êxodo rural dentro do Brasil. Segundo esses autores as demais regiões já convivem com outras “ruralidades” que modificaram o perfil demográfico agrário brasileiro, não sendo possível dizer que exista êxodo rural. Talvez seja esse um dos motivos de o autor aprofundar a pesquisa na zona rural do estado gaúcho, a fim de buscar um melhor entendimento das causas de a região continuar a “perder” população rural para as cidades ou outras regiões do país.

Ao analisar três itens como: agricultura, emprego e pobreza, Schneider (2000) passa a discutir a questão agrária no estado do Rio Grande do Sul, especialmente a pobreza rural como uma necessidade de agenda social. Porém, num viés diferente dos já estudados na década de 1970, quando a modernização da agricultura provocou um massivo êxodo rural e a preocupação dos estudos era a inclusão da população pobre rural no processo das novas tecnologias no campo ou sua inserção como trabalhador das fábricas nas cidades. Segundo o autor o debate na atualidade é buscar soluções para a pobreza rural como forma de manter os pobres no campo com uma condição de vida melhor, ao contrário de anos atrás que a estratégia era de “fixar” o homem no campo. Ainda, para autor, a tentativa de fixar sem resolver a pobreza não deu muito certo e não evitou a migração desses trabalhadores. As cidades ganharam a mão de obra, a pressão demográfica e o desemprego que trouxe a violência urbana cada vez maior nas grandes metrópoles. Por isso, a necessidade de combater a origem desses problemas está nas melhorias econômicas, ambientais e sociais da população do campo, além da articulação em redes para garantir a permanência das pessoas e a produção de alimentos especialmente em bases familiares.

Reconhecendo que o êxodo rural é uma consequência da questão estrutural de um sistema brasileiro que adotou a monocultura e o grande latifúndio como modelo produtivo, Schneider (2000) atribui à modernização na agricultura nos anos 1970, como fator decisivo para exclusão de milhões de gaúchos do meio rural. O fato de o estado estar na região do país onde a entrada do capital na agricultura aconteceu com maior fluxo, a que se deve o título de “celeiro do Brasil”, pois o Rio Grande do Sul expandiu sua fronteira agrícola rapidamente após a política de modernização agrícola adotada pelo governo brasileiro, chegando ao limite de expansão juntamente com o uso de modernos maquinários que dispensaram muita mão de obra, que na opinião do autor foram atraídos pela grande oferta de emprego urbano. As pesquisas revelam que na década de 1970 as cidades criaram 13,2 milhões de empregos, destes 4 milhões na indústria de transformação e 1,5 milhão na construção civil. (SCHNEIDER, 2000, p. 70).

A expansão da monocultura da soja no estado, entre os anos de 1968 e 1981, representou um aumento de área plantada de 1,075 % e 2,188% na produção (SCHNEIDER, 2000, p. 71). Isso fez com que emergisse três processos de mobilização e deslocamento da população rural do estado. O primeiro foi que muitos pequenos agricultores impossibilitados de competir no mercado agrícola gaúcho migraram para o Norte e Centro-Oeste brasileiro; o segundo foi o surgimento de organizações sociais e políticas como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); e o terceiro processo foi a migração para as cidades, para trabalhar como assalariado nas indústrias, especialmente a coureiro calçadista nos municípios do Vale do Sino.

Para falar na pobreza rural do estado, Schneider (2000) se baseia nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 1998, que indicam que o rendimento médio familiar *per capita* é muito desigual no Brasil quando se trata de área urbana e área rural. Enquanto na cidade a renda é de R\$ 292,40 as famílias do meio rural tem renda de R\$ 102, 90. Sendo as regiões brasileiras que registram maior queda da renda per capita do país o Sul e o Nordeste, caindo à média de rendimento das pessoas de 21,95 e 20,62%, respectivamente. No Sul do Brasil 28,6% das populações rurais são consideradas pobres contra 16,9 % da população urbana. (SCHNEIDER, 2000, p. 66-67).

A partir dos anos 80, Schneider (2010) observa uma mudança no perfil ocupacional do espaço rural no estado, onde cada vez mais há o incremento de novas tecnologias no processo produtivo, ocupando menos mão de obra. Por outro lado, aumenta o número de atividades não-agrícolas o que tem atraído população para morar na área rural. Essas ocupações são, especialmente, a prestação de serviço, manufaturas e agregação de valor nos produtos de origem da agricultura familiar. Nesse sentido, que o autor defende como alternativa para o combate à pobreza rural e, conseqüentemente, diminuir o êxodo rural a distribuição de terra através da reforma agrária e políticas públicas de assistência aos assentados que priorizem os direitos essenciais das pessoas. Entre as medidas que devem ser adotadas está o crédito para agricultura familiar, estímulos para mulheres, jovens, aposentados e negros permanecer no campo e apoio às populações tradicionais (quilombolas, indígenas e ribeirinhos) (SCHNEIDER, 2010, p. 512-516). Portanto, para o autor, as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural devem ser pensadas de forma integrada a produção agrícola e as atividades não-agrícolas a fim de agregar renda às famílias que permanecem no campo e possa atrair as demais pessoas a investirem na área rural com outros serviços, integrando assim, rural e urbano e diminuindo as desigualdades sociais e econômicas.

#### 4.6 JOSÉ GRAZIANO DA SILVA

José Graziano da Silva nasceu em 1949 na cidade de Urbana no estado norte-americano de Illinois. É graduado em Engenharia Agrônoma pela *Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ*, da *Universidade de São Paulo – USP* (1972), especialista em Métodos de Pesquisa no Sistema de Produção Agrícola pela *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP* (1976), mestre em Economia e Sociologia Rural pela USP (1974), doutor em Ciências Econômicas pela *Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP* (1980), pós-doutor em Estudos Latino-americanos, pela *University College de Londres* (1990). Atualmente é professor Titular da UNICAMP e foi eleito em 2011 Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU). No ano de 2001, coordenou a elaboração do Programa Fome Zero, tendo sido Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, assumindo a tarefa de dirigir o Programa. Possui 25 livros

publicados além de diversos artigos vinculados ao tema de desenvolvimento rural. (CURRÍCULO LATTES, 2014).

Desde o início de sua formação, o professor José Graziano da Silva passou a se dedicar a linha de pesquisa sobre o desenvolvimento e o emprego rural. Para entender a visão do autor sobre o êxodo rural é preciso analisar o contexto dos seus estudos, onde trouxe para discussão na década de 1980 “a questão agrária no Brasil” num de seus primeiros livros chamado *O Que é Questão Agrária* (1980). Nessa obra, Silva além de apresentar a herança histórica do Brasil baseado no monopólio latifundiário, trouxe o debate do desenvolvimento da agricultura através da mecanização, processo pelo qual a economia agrícola estava vivenciando no momento. Ao verificar uma “modernização parcial” da agricultura especialmente na região Centro-Sul do país nos anos 1970, modernização essa que não atingiu todas as fases do ciclo produtivo, só fez aumentar a sazonalidade do trabalho agrícola. A fase da colheita foi uma das etapas que não foi contemplada com o avanço das tecnologias, ocorrendo então em determinadas regiões e em certas épocas do ano uma escassez temporária de mão de obra, enquanto em outras um elevado índice de desemprego. Isso modificou intensamente as relações de trabalho no campo além de gerar um violento êxodo rural. (SILVA, 1998, p. 20).

Segundo José Graziano da Silva (1998), para aquelas pessoas que não encontram outra forma de se inserirem produtivamente na sociedade, o acesso a terra através da reforma agrária se torna uma questão de sobrevivência. Na visão do autor, a reforma agrária é uma decisão eminentemente política, mas que depende essencialmente da mobilização através de organizações como os sindicatos e de alianças dos trabalhadores rurais com o operariado e a classe média urbana. A luta deve ser para transformar a estrutura do sistema de produção que segundo ele é uma herança histórica de correlações de forças políticas que precisam ser vencidas.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, trouxe a modernização, mas de forma desigual, visto que concentrou a riqueza naqueles que tinham acesso as terras e ao capital aumentando a produtividade e a exploração da mão de obra, e por outro lado, acentuou a miséria de parte dos que não tinham acesso ao crédito e as modernas tecnologias, ficando incapacitados de competir no mercado capitalista. Para Silva (1998), na perspectiva do capitalismo, não é necessário realizar a reforma agrária, haja vista que o aumento produtivo ocorreu sem haver distribuição de terra, somente com o desenvolvimento de capital na

agricultura se resolveu a questão do aumento da produtividade. Por isso, o autor argumenta que a reforma agrária deve ser realizada com um argumento social, onde a luta seja contra a pobreza e a miséria de milhares de pessoas que vivem nas periferias das cidades, assim a reforma agrária possibilitaria a volta dessas famílias para o campo como forma de gerar emprego e renda no meio rural. (SILVA, 2002, p. 139-140).

Numa pesquisa realizada por Silva (2001), chamada *Projeto Rurbano*<sup>2</sup>, o autor mostra que o rural não é predominantemente agrícola, que novas atividades que não estão ligadas diretamente à agricultura, surgem no meio rural como fonte de empregos e desenvolvimentos. A renda oriunda das Ocupações Rurais Não-agrícolas (ORNAS) tem melhorado as condições das famílias rurais e muitos desses trabalhos têm origem urbana, como o trabalho de empregadas domésticas e o turismo rural. Portanto, a agricultura não é mais a única forma viável de desenvolvimento rural, mas a busca do desenvolvimento da agricultura com atividades de características urbanas precisam de adaptações especialmente respeitando a questão ambiental e social da zona rural. A renda das famílias rurais teve queda, mas foram compensadas pelas transferências sociais de aposentadorias e pensões, por isso as famílias rurais estão se tornando cada vez mais não-agrícolas. Quanto à gestão das propriedades, o número de pessoas para administrar diminuiu, ficando somente o pai ou um dos filhos, enquanto os demais buscam novas alternativas de renda fora da propriedade. Na questão do êxodo rural, essas novas atividades têm diminuído a saída das pessoas do campo, mas que regiões como o Sul continuam perdendo seus moradores para as cidades. (SILVA, 2001, p. 39).

O conceito de Silva (2001) que, define “ORNAS” como novas atividades rurais que não são agrícolas, é muito importante para entender, porque o autor considera não existir êxodo rural no Brasil, com exceção da região Sul que ainda existe queda na população “especialmente naquelas áreas que denominamos de rural agropecuário ou rural profundo”. (SILVA, 2001, p. 41). Pois, o incremento adicionado ao campo por esses empregos não agrícolas tem trazido um novo cenário econômico ao campo. Segundo Silva (2001), as recentes estatísticas revelam que o

---

<sup>2</sup> Projeto Rurbano: iniciadas em 1996 buscou a caracterização do Novo Rural Brasileiro, que objetivava analisar as recentes transformações nas relações urbano-rural em 11 estados brasileiros. (SILVA, J. F. G. ; GROSSI, Mauro Eduardo Del ; CAMPANHOLA, Clayton, 2002, p. 37).

emprego de ordem agrícola tem apresentado acentuada queda no campo, enquanto a população rural passou a crescer ou em última análise não diminuiu.

A análise de Silva (2001) é baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) que no ano de 1996 apresentou a menor população rural (31,6 milhões de pessoas) e a partir disso vem crescendo chegando em 1999 a 32,6 milhões. Porém, o autor ressalta que “a volta ao campo” não significa o retorno as atividades agrícolas, pois grande parte dessas pessoas são aposentados ou inativos que passam a residir em zonas rurais próximas as capitais e grandes cidades. Enquanto outras retornam ao campo para prestar serviço de motoristas de ônibus de trabalhadores rurais, pedreiros, jardineiros das casas dos aposentados e inúmeros outros empregos que surgiram com as melhorias das condições de vida chegada ao campo nos últimos anos.

## 5 OS INTELLECTUAIS “CONTEMPORÂNEOS” E O EXÔDO RURAL: UMA POSSÍVEL COMPARAÇÃO DAS DIFERENTES VISÕES NUMA ABORDAGEM SOCIOLOGICA

Na busca de compreender as mudanças ocorridas nas últimas décadas<sup>3</sup> muitos analistas (agrônomos, economistas, filósofos, sociólogos, geógrafos e outros) abordaram as relações entre o processo de industrialização e urbanização que trouxe a presença do agronegócio para a economia, mudando as características e o comportamento do “espaço rural” brasileiro, fazendo com que se pensassem estratégias para resolver impactos decorrentes dessa mudança. Entre as principais propostas pelos intelectuais está a reforma agrária e a necessidade de políticas públicas de incentivo a agricultura familiar. Em virtude do grande número de contribuições ao debate, algumas inevitavelmente não serão tratadas nesse trabalho.

No que tange as propostas políticas dos intelectuais é possível destacar três visões principais: *políticas orientadas a justiça social; políticas voltadas ao mercado e políticas sociais com a produção para o mercado ou soluções de desenvolvimento integrado*. Vale lembrar que as interpretações dos intelectuais estão sendo analisadas conforme suas últimas posições na produção de ideias sobre o tema “disseminadas” em livros, revistas, artigos científicos e sites oficiais, levando em consideração que muitas dessas produções não foram escritas nos últimos anos. A fim de sintetizar as ideias dos seis intelectuais foi elaborado um quadro comparativo abaixo:

---

<sup>3</sup> É importante ressaltar que ocorreu uma relevante discussão acerca da Questão Agrária e do êxodo rural no Brasil e sobre os seus efeitos no desenvolvimento do campo durante a década de 60. No entanto, será considerado para esse trabalho a síntese do debate contemporâneo, realizado especialmente após a Constituição Federal de 1988 que garante o direito a terra na chamada “Constituição Cidadã” até o ano de 2013.

**Quadro 1 - Esquematização das propostas dos intelectuais brasileiros contemporâneos como solução para o êxodo rural no Brasil**

| <b>ÊXODO RURAL</b>                                       | <b>POLÍTICAS SOCIAIS COM PRODUÇÃO PARA O MERCADO, OU SOLUÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO</b>  |  | <b>POLÍTICAS ORIENTADAS A JUSTIÇA SOCIAL</b>   |
|--|---|--|--|
|  | JOSE ELI DA VEIGA   | SÉRGIO SCHNEIDER   | JOSÉ DE SOUZA MARTINS  |
| <b>P<br/>R<br/>O<br/>P<br/>O<br/>S<br/>T<br/>A<br/>S</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforma Agrária (na ordem produtiva e distributiva);</li> <li>• Serviços Públicos;</li> <li>• Projetos de desenvolvimento para uma agricultura familiar diversificada.</li> </ul>                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforma agrária com redistribuição de terras;</li> <li>• Acesso ao crédito para agricultura familiar;</li> <li>• Estímulos e apoio para mulheres, jovens, aposentados, negros e populações tradicionais;</li> <li>• Políticas públicas de assistência aos assentados e de forma integrada com a produção agrícola e as atividades não-agrícolas.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforma agrária dos movimentos sociais para atender uma “demanda real” tendo o propósito exclusivamente social;</li> <li>• Incentivo à agricultura familiar.</li> </ul> |
|  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforma Agrária como direito dos trabalhadores do campo estendendo aos trabalhadores urbanos;</li> <li>• Políticas públicas como instrumento de desenvolvimento socioeconômico, político e ambiental.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforma Agrária no combate a pobreza da região Nordeste;</li> <li>• Serviços Públicos;</li> <li>• Incentivo a agricultura familiar.</li> <li>• Redefinição do conceito de desenvolvimento, incluindo a cidadania e o progresso tecnológico.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforma Agrária de Mercado;</li> <li>• Adaptação do camponês em agricultor familiar;</li> <li>• Políticas públicas de incentivo a agricultura familiar.</li> </ul>      |
|  | JOSÉ GRAZIANO DA SILVA  | MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY   | <b>POLÍTICAS ORIENTADAS AO MERCADO</b><br>RICARDO ABRAMOVAY  |

Fonte: Elaborado pelo autor com base na leitura dos textos dos intelectuais mencionados.

Nota: O enquadramento dos intelectuais tem em conta o que pode ser considerada como sua “visão” principal, o que não exclui outros aspectos de suas análises.

1) *Propostas de políticas orientadas ao mercado* - Apesar de Ricardo Abramovay (1998) propor políticas públicas para ampliar e promover a agricultura familiar como os demais intelectuais apresentados, a grande ruptura no debate acontece na inserção do capital no processo de reforma agrária. O autor discute uma proposta de compra das terras através do financiamento que deve ser favorecido pelo Estado, através da diminuição da burocracia ao acesso de crédito pelo trabalhador rural na chamada “reforma agrária de mercado”. O novo modelo de reforma agrária sugerido pelo autor evitaria os conflitos entre os proprietários e os sem terras além de livrar o Estado das desapropriações que geram muitas disputas judiciais e custos para os governos. O critério econômico predominante nas relações sociais de produção não se limitaria a reforma agrária, mas exigiria que o camponês se adaptasse aos moldes da agricultura familiar para poder competir no mercado, senão estará predestinado a não existir restando-lhe migrar do meio rural.

Ao ver no agricultor familiar o grande potencial para produzir alimentos e matéria-prima para as indústrias, Abramovay (1998) sugere políticas de apoio financeiro para estes trabalhadores a fim de manter essas pessoas no campo de forma cada vez mais integrada ao mercado urbano.

2) *Propostas de políticas orientadas a justiça social* – Pode-se perceber que dentro das três propostas de políticas que se propõe a analisar, José de Souza Martins (2002) se inclui numa linha polarizada do debate, ao propor uma reforma agrária dos movimentos sociais. Ou seja, a terra deve ser distribuída para aqueles produtores ou despossuídos que se mobilizam e politizam nas organizações, portanto uma reforma agrária no Brasil deve atender a “demanda real” do número de pessoas que estão fazendo parte dos movimentos sem terras.

Martins (2002) visualiza a possibilidade de uma mudança institucional do atual quadro social, feita dentro da legalidade, para se vencer os desafios agrários. Sendo primordiais, políticas que visem rever a estrutura fundiária criado pela Lei de Terras, na sua visão a revolução numa linha de dialética da história não deve ser uma tentativa dos elitistas numa intenção de liderar os trabalhadores. Para ser uma revolução de verdade deve nascer mediada pelas contradições da sociedade capitalista e das injustiças que ela provoca.

3) *Propostas de Políticas sociais com produção para o mercado ou soluções de desenvolvimento integrado* - Na linha intermediária do debate quatro dos Intelectuais estudados defendem, além da crítica a questão agrária, a defesa de políticas de integração social e econômica. Por perceberem uma nova conjuntura no espaço rural, onde as relações sociais e econômicas não são mais exclusivamente agrícola José Eli da Veiga, Sergio Schneider, José Graziano da Silva e Maria de Nazareth Baudel Wanderley defendem políticas públicas capazes de fornecer a esses trabalhadores o acesso a educação, a saúde como forma de combater a pobreza rural. Além de proporem a inclusão ao progresso tecnológico possibilitando que o agricultor possa competir no mercado. Para esses autores a reforma agrária deve ser pensada como política de apoio ao desenvolvimento socioeconômico, tanto no campo como na cidade, sendo assim uma reforma agrária com fins sociais e não somente fundiário.

Por isso tudo, no final do século XX a nossa reforma agrária não precisa ter mais um caráter estritamente agrícola, dado que os problemas fundamentais da produção e dos preços podem ser resolvidos pelos nossos complexos agroindustriais. É preciso hoje uma reforma agrária para ajudar a equacionar a questão do excedente populacional até que se complete a nossa “transição demográfica”, recém-iniciada. E uma reforma agrária que permitisse a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas teria a grande vantagem de necessitar de menos terra, o que poderia baratear significativamente o custo por família assentada, sendo este um forte limitante para a massividade requerida pelo processo distributivo especialmente nos Estados do Sul e Sudeste. (SILVA, 1998, p. 9).

Para Silva (1998) e Schneider (2000) se trata de buscar outras ocupações para essa população “sobrante” do ponto de vista agrícola e industrial. A alternativa é aproveitar o crescimento da prestação de serviço que está em alta na atualidade, com isso milhões de pessoas que não tem qualificação seriam incluídas no mercado de trabalho. Sendo alternativo o uso da natureza como turismo rural, que além de agregar valor as propriedades, propicia a integração das pessoas. Para Wanderley (2011) a reforma agrária deve incluir o trabalhador rural e dinamizar o mercado. Apesar de Wanderley defender a centralidade da questão agrária na agricultura familiar, o espaço rural para ela, deve ser dinâmico e integrado com o mercado urbano. Com isso, os intelectuais se colocam com propostas intermediárias a reforma agrária clássica voltada ao mercado e o social distributiva, ambos reconhecem a necessidade da reforma agrária, porém, respeitando as peculiaridades de cada região, tendo em vista que existam restrições na

Constituição Brasileira que impeçam que uma reforma agrária seja feita de forma massiva em todo o país. Nesse caso, Wanderley (2011) vê a necessidades de uma reforma agrária mais ampla na Região Nordeste do Brasil como combate a pobreza e ao êxodo rural.

Essa reforma agrária, segundo os intelectuais deve priorizar as características da agricultura familiar que foi adotado nos países desenvolvidos com muito êxito. Por isso uma alternativa do Brasil de:

[...] desafogar os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis; uma maneira de transformar arrendatários em proprietários; uma maneira de oferecer terra aos filhos dos pequenos proprietários; enfim, uma política cuja diretriz central seja o fomento e o apoio a nossa agricultura familiar. Em poucas palavras, vai precisar de reforma agrária. (VEIGA, 1994, p. 300).

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, é exemplo de uma política defendida entre os autores, pois além de financiar a produção dando mais garantia ao produtor, esse programa inclui o agricultor familiar ao mercado e a cidadania.

Em síntese geral, dos seis intelectuais é observado um consenso nas causas, consequências e em parte nas propostas como alternativa de diminuir o êxodo rural brasileiro. Para analisar as ideias desses autores, e compreendermos como fenômenos sociais, é necessário situar esses sujeitos dentro de um determinado campo que nesse caso é o campo acadêmico ou universitário do Brasil. Todos os autores citados são professores, Veiga, Abranovay e Martins vinculados a USP-SP, sendo este último aposentado, Wanderley é aposentada desde 2007 da UNICAMP-SP e atualmente professora da UFPE-PE, Silva atua na UNICAMP-SP e Schneider é professor da UFRGS-RS. A denominação dada a esses autores como intelectual é baseado nas ideias e discursos produzidas por essas pessoas representando a instituição universitária como campo de atuação. Segundo Miceli (1979) a produção de ideias da atualidade ainda carrega pressupostos de construção da nação, porém, com a preocupação de mudar a ordem de domínio da situação intelectual, é nesse contexto que os autores escrevem sobre a questão do êxodo rural.

Além de professores, a grande maioria dos autores exerce ou exerceram algum cargo de ordem política, com exceção de Ricardo Abramovay (salvo não consta no Currículo Lattes), que mesmo assim indiretamente se vincula às políticas

públicas através das contribuições com suas pesquisas. Nesse sentido, esses sujeitos conjugam o pensamento e a ação ao produzirem ideias e colocá-las em prática. Essa análise é possível a partir do método da Sociologia do Conhecimento e da Sociologia Política de Karl Mannheim. Por isso, as ideias apresentadas pelos intelectuais brasileiros estão situadas dentro de um contexto histórico-social e não são pensamentos que partem de um indivíduo isolado e sim da posição social e dos interesses desse grupo. As diferentes visões apresentadas pelos intelectuais brasileiros sobre a questão agrária são justificadas por Mannheim com a seguinte passagem:

Homens vivendo em grupos não apenas coexistem fisicamente enquanto indivíduos distintos. Não se confrontam os objetos do mundo a partir de níveis abstratos de uma mente contemplativa em si, nem tampouco o fazem exclusivamente enquanto seres solitários. Pelo contrário, agem com ou contra os outros, em grupos diversamente organizados, e, enquanto agem, pensam com ou contra os outros. Estas pessoas, reunidas em grupos, ou bem se empenham, de acordo com o caráter e a posição dos grupos a que pertencem, em transformar o mundo da natureza e da sociedade a sua volta, ou, então, tentam mantê-lo em uma dada situação. A direção dessa vontade da atividade coletiva de transformar ou manter é que produz o fio orientador para a emergência de seus problemas, seus conceitos e suas formas de pensamento. De acordo com o contexto particular da atividade coletiva de que participam, os homens tendem sempre a ver diferentemente o mundo que os circunda. (MANNHEIM, 1986, p. 31-32).

O reconhecimento dado pela sociedade aos intelectuais brasileiros é resultado de uma sociedade estática, onde ainda é muito restrito o caminho para a população alcançar esse campo, por isso esses autores fazem parte de uma “casta” com um “status” bem definido dentro da ordem social do país. Dada a importância dessa análise científica em relação às ideias desses intelectuais que para eles se apresenta “como a irreconciliável pluralidade de estilos de pensamento”, mas que para o “homem comum” tomou a forma de uma pluralidade de concepções do mundo divergentes (MANNHEIM, 1986, p. 66). Entre a produção de ideias dos intelectuais buscando causas, consequências e propostas ao processo de êxodo rural se permeiam as ideias ideológicas ou ideologias como “noção de que o inconsciente coletivo de certos grupos, em certas situações, obscurece a condição real da sociedade, tanto para si quanto para os demais, estabilizando-a, portanto” (MANNHEIM, 1986, p. 66). Além de permear pensamentos utópicos ou utopias onde:

O inconsciente coletivo de grupos oprimidos e determinados a mudar a realidade, oculta determinados aspectos da mesma, fazendo-os, mesmo involuntariamente, ver nela somente elementos a serem negados. Não há preocupação com o que realmente existe, mas somente com a mudança da situação existente e seu pensamento nunca é um diagnóstico da situação, pois somente pode ser usado como uma orientação para a ação. Nega tudo o que possa abalar a crença ou paralisar o desejo de mudar a situação vigente. (MANNHEIM, 1986, p. 67).

Com isso, a intenção de apresentar a Sociologia do Conhecimento nesse debate agrário é na tentativa de “desmascarar” o inconsciente do grupo de intelectuais com o propósito de compreender os condicionantes sociais dos seus pensamentos. E quem vai definir quais ideias são utópicas e ideológicas, nesse caso, são os grupos sociais que defendem a reforma agrária e as políticas públicas de melhorias no campo e os proprietários de terras que defendem o direito a propriedade privada com a legitimação do Estado. No ideológico, pode-se incluir a atual estrutura fundiária baseada no grande latifúndio que estabelece à ordem vigente e utópica a proposta de reforma agrária apresentada pelos intelectuais como forma de mudar essa ordem.

Uma forma de entender os três tipos de propostas políticas dos autores é através do conceito de campo dado por Bourdieu (1983b) que define como um espaço social estruturado, com pluralidade de poder (capital), por isso se caracteriza como um campo de conflito na busca pelo espaço prevalecendo o domínio de quem possui mais poder. O fato de legitimar a universidade onde os intelectuais atuam como professores é dado pela descrição de Bourdieu que considera campo como todo espaço social com relações objetivas com hierarquia entre os agentes. Sendo o que ocorre no espaço universitário onde o objetivo é que todos produzam ideias, porém, existem posições determinadas.

Podem-se caracterizar os autores aqui mencionados, como “intelectuais engajados”, segundo Bourdieu (1983b), pois estes realizam a produção de ideias no campo acadêmico e desempenham a ação política através dos cargos públicos nos governos ou nas instituições políticas. É compreensível o fato de a maioria dos intelectuais citados serem requisitados a se engajar ou contribuir dentro das instituições políticas, pois numa visão de Bourdieu esses sujeitos possuem um grande acumulado de poder simbólico para colocar em prática numa ação política, como é o caso de Silva (2001), que tem sua linha de pesquisa sobre o desenvolvimento e o emprego rural com vasta produção acadêmica, sendo esse um

dos condicionantes que o levou a dirigir o Programa Fome Zero do Governo Lula em 2001.

Outro ponto a ser analisado é a posição espacial dos intelectuais brasileiros no campo social (acadêmico). Pois todos eles ocuparam ou ocupam a posição espacial do Estado de São Paulo, seja na formação ou na atuação profissional, sendo três ligados a UNICAMP e três a USP. Na abordagem de Bourdieu (1989) os determinantes que condicionam a ocupação do espaço social são as posses de capital cultural e econômico. A tendência é dos sujeitos buscarem espaços onde maiores e mais semelhantes for a quantidade e a espécie de capitais. Quando o tipo e o volume de capitais forem diferentes os agentes sociais estarão mais distantes. Com isso, o autor sintetiza que os fatores que diferenciam os espaços a serem ocupados pelos sujeitos são a cultura acumulada (capital cultural) e a riqueza econômica (capital econômico) que criam assimilações de disposições (o chamado *habitus*) que distinguem os espaços a serem ocupados pelos sujeitos. (BOURDIEU, 1989, p. 8).

A cidade de São Paulo, a maior cidade da América Latina, possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) municipal do Brasil, o que faz da capital paulista a 10ª cidade mais rica do mundo, com projeções dos especialistas para 2025 ser a 6ª cidade mais rica do planeta. Além de possuir o maior centro universitário do Brasil, onde a USP e a UNICAMP estão entre as melhores universidades do mundo. Isso justifica a teoria de Bourdieu que o capital econômico e o capital cultural determinam a posição espacial dos intelectuais no campo social. Tenha visto que, os seis autores escolhidos como aqueles que mais aparecem no debate sobre a questão do êxodo rural no Brasil estão vinculados a posição espacial do Estado de São Paulo.

Em suma, a produção de ideias sobre o êxodo rural pelos seis intelectuais brasileiros representando o “campo social” das universidades, fornece argumentos ao qual pode-se levantar algumas reflexões. Primeiro, que o fenômeno êxodo rural não é tratado de forma separada e sim aparecendo sempre dentro do debate da questão agrária do Brasil. A segunda constatação é quanto à relevância dada pelos autores ao tema, onde nem sempre é o objeto principal de estudo dentro de suas produções, aparecendo no debate como decorrência de um histórico agrário. Onde para alguns como José Eli da Veiga e José Graziano da Silva não é mais possível falar de êxodo rural de forma totalizante no Brasil na atualidade, pois para os autores esse fenômeno só é verificado na Região Sul do Brasil. A terceira reflexão são das

ações propostas pelos intelectuais como forma de combater ou minimizar essa prática, nesse ponto onde se percebe a presença de mais ideologias do que utopias nas ideias dos intelectuais. Não existindo propostas com caráter de “revolução”, de mudança imediata ou mais rigorosa, sendo defendida por todos, uma reforma agrária de forma clássica dentro da ordem ou de mercado, além de políticas públicas de incentivo a agricultura familiar. Todas estas propostas com objetivo de adequação daqueles “excluídos” dentro do atual sistema, ou seja, alternativas de inclusão, o que nem sempre representa mudança na estrutura social. Portanto, quem sonha com o fim do êxodo rural no Brasil, não parece encontrar respostas nas ideias desses intelectuais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, não se considerou a produção de ideias em si, mas buscou-se o direcionamento que possibilita identificar a posição espacial, o campo social e o modo como os intelectuais brasileiros (de forma consciente) trataram o êxodo rural, em um determinado período da história brasileira. Diante disso, questiona-se a relevância da produção de ideias, sobre o tema, dentro de um amplo debate. No que se percebe que tem gerado resultado mais alinhado com a manutenção da ordem vigente do que propostas de mudança do cenário rural brasileiro.

Ao analisar a produção de ideias percebe-se o aspecto do que ela representa para o intelectual, ou seja, as ideias produzidas carregam certa consciência da questão. Outra constatação é em relação à preocupação de produzir ideias com a realidade do tema, onde é possível verificar uma visão crítica e uma visão que, adaptada a Marx<sup>4</sup>, pode ser chamada de “falsa consciência”. Pode-se dizer, então, que o debate é permeado por ações ideológicas que vai de um entendimento mais simples até um mais reflexivo. Trazendo o debate para a visão Mannheimiana tem-se a ideologia particular e a total, onde para ele fica mais clara essa concepção de ideologia quando comparada as ideias de uma determinada época ou grupo sendo evidente que a mentira ou a verdade é própria dos grupos sociais.

Nesse sentido, a Sociologia, através da teoria da Sociologia do Conhecimento, possibilita compreender e interpretar a produção de ideias dos intelectuais brasileiros, “desmascarando” as falhas, os deslumbramento, as verdades e o pensamento de determinados grupos dentro de um campo social e como essa ação intermedia o debate quando os sujeitos apresentam visões polarizadas. Sendo esta uma das possíveis comparações sobre o êxodo rural no Brasil na visão de seis intelectuais “condicionados” ao espaço social que ocupam (universidade).

Este trabalho abre caminho para uma futura pesquisa que busque analisar as ideias produzidas em mais de um campo social, possibilitando assim a comparação dessas ideias entre os campos. Por fim, a produção do conhecimento se torna uma via de pesquisa a ser explorada a fim de conhecer os diferentes tipos de posições defendidas num espaço de tempo com suas nuances, propósitos e ideologias que

---

<sup>4</sup> Para aprofundamento desse conceito ver: Marx, C. e F. Engels. Ideologia Alemã. México. Ediciones de Cultura Popula: 1974

caracterizam a consciência econômica, social e política do atual período histórico da questão agrária no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

BERGAMASCO, S.M.P.P e ESQUERDO, V.F.S. (Orgs). **Assentamentos rurais no século XXI: Temas Recorrentes**. Campinas SP, FEAGRI/UNICAM; São Paulo: INCRA, 2011. Disponível em: <[http://www.interciencia.org/v38\\_08/563.pdf](http://www.interciencia.org/v38_08/563.pdf)>. Acesso em: 24 mai. 2014.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

\_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b.

\_\_\_\_\_. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1984.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. **Homo academicus**. Florianópolis: UFSC, 2011.

BRASIL. **Estatuto da terra (1964)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm)>. Acesso em: 15 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 15 mai. 2014.

PRADO JÚNIOR. C. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Texto para discussão**. n. 621. Rio de Janeiro: Ipea. Janeiro de 1999.

CARVALHO, J. M. **História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura**. **Topoi**, n.1, 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo - Brasil 1992: Luta e Sonho na Terra**. Goiânia: Loyola/CPT, 1993.

CURRÍCULO LATTES. **Currículo do sistema currículo Lattes**. Brasília. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso: em 02 jun. 2014.

DE MERA, C. M. P. A Questão Agrária no Brasil: as contribuições de Caio Prado Junior e Ignácio Rangel. **XI Encontro Regional de Economia – ANPEC-Sul**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2008. Disponível em: <[http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-Sul/artigos\\_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-04-a\\_questao\\_agraria\\_no\\_bra.pdf](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-04-a_questao_agraria_no_bra.pdf)>. Acesso 23 mai. 2014.

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: INCRA. **Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária, 2005.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e territorialização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5.ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

FURTADO, C. A fantasia organizada. In: **Obra autobiográfica**. São Paulo. Paz e Terra, 1997. p. 102.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em números**. Rio de Janeiro, IBGE, 1996.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em números**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estatísticas da reforma agrária (2010)**. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em: 28 mai. 2014.

KAGEYAMA, Â. A Questão Agrária Brasileira: interpretações clássicas. **Ensaio e Debates**, v.23, n.3, p. 5-16, set/dez. 1993.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

MAPA. **História**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível Em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/ministerio/historia>> Acesso em: 23 mai. 2014.

MARTINS, J. S. **Reforma Agrária, o impossível diálogo sobre a História possível**. Revista Tempo Social, São Paulo, vol.11, n.2, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade Vista do Abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MDA/INCRA. II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Ministério do Desenvolvimento Agrário**. 2003.

MICELI, S. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 - 1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/324>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

OLIVEIRA, A. U.. A “Não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. **Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural-CIRADR-FAO**. Porto Alegre-RS: 2006.

RANGEL, I.. Feudalismo e Propriedade Fundiária. In: D’INCAO, Maria Ângela (org). **História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989.

SANTOS, R. A. Oliveira Vianna, Eugenia e o Campo Intelectual da Primeira República. **VI Simpósio Nacional Estado e Poder**. Cultura, 2010.

SCHNEIDER, S. Pobreza rural e desenvolvimento agrícola no sul do Brasil: uma análise a partir do Estado do Rio Grande do Sul. **Perspectivas Rurales Pobreza y Nueva Ruralidad, San José**. Costa Rica, v. 7, p. 63-85, 2000.

\_\_\_\_\_. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 30, p. 511-531, 2010.

SILVA, J. F. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária**. 18.ed. São Paulo/SP: Brasiliense, 1998.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Revista de Estudos Avançados**, v.15, n.43, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

STÉDILE, P. J. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, 2011.

VEIGA, J. E. Reforma agrária hoje. STÉDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. Êxodo dos que não foram. **O Estado de S.Paulo**, S.Paulo, SP, n.5, maio 2001.

\_\_\_\_\_. Fundamentos do agro-reformismo. In: STÉDILE, J. P. (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995. Disponível em: <<http://www.cetra.org.br/entrevista/78-alexandre-pires-sobre-juventude-rural-e-agroecologia>>. Acesso em: 24 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Olhares sobre o rural brasileiro**. Recife: UFPE, 1999.

\_\_\_\_\_. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **XXIX Encontro Anual da ANPOCS**. Políticas Públicas e Organizações Associativas, Petrópolis, outubro de 2000.

\_\_\_\_\_. **O mundo rural como espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. Alcances e limites das políticas de desenvolvimento rural para o combate a pobreza. In: MIRANDA C., TIBURCIO B. (Orgs.). **Pobreza Rural**: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Edição Especial Série Desenvolvimento Rural Sustentável. vol. 1. IICA. Brasília: Brasil: 2011, p.105-107.